

Ana Paula de Freitas Romão

Os Bruzundangas: uma alegoria da 1ª República

São José do Rio Preto
2012

Ana Paula de Freitas Romão

Os Bruzundangas: uma alegoria da 1ª República

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração - Literaturas em Língua Portuguesa, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Norma Wimmer

São José do Rio Preto
2012

Romão, Ana Paula de Freitas.

Os Bruzundangas: uma alegoria da 1ª República /Ana Paula de Freitas Romão. - São José do Rio Preto: [s.n.], 2012.

78 f.; 30 cm.

Orientador: Norma Wimmer

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de

Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Ficção brasileira. 3. Barreto, Lima, 1881-1922 – Crítica e interpretação. 4. Sátira brasileira. I. Wimmer, Norma. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 821.134.3(81).09

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
Campus de São José do Rio Preto - UNESP

Ana Paula de Freitas Romão

Os Bruzundangas: uma alegoria da 1ª República

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração - Literaturas em Língua Portuguesa, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Norma Wimmer
UNESP – São José do Rio Preto
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Guacira Marcondes Machado Leite
UNESP – Araraquara

Prof^a. Dr^a. Giséle Manganelli Fernandes
UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
02/março/2012

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento dedico, honrosamente, a Deus, meu guia supremo.

Em segundo lugar, agradeço a uma outra guia, a minha orientadora Norma Wimmer, que, tão pacientemente e bondosamente, conduziu-me ao fim da luta, transformando aprendizados em luzes.

Agradeço, também, a minha mãe, guia da qual recebi, amorosamente, “broncas” e conselhos; ensinamentos, que fizeram de mim, uma pessoa vencedora.

Ao meu esposo, Marcelo, pela dedicação, companheirismo e amor maior.

Aos meus irmãos, Paulo e Henrique, pelo apoio e compreensão a mim desprendidos.

A cada professor que me acompanhou e me conduziu desde o início até o fim desta caminhada, ensinando-me o verdadeiro valor do aprender.

Às professoras Giséle Manganelli Fernandes e Maria Angélica Deângeli pelas leituras atenciosas e pelas contribuições preciosas dedicadas ao meu texto.

Aos meus amigos, que, com apoio e companheirismo, tornaram-se meus eternos companheiros de jornada.

Ao meu pai, que mesmo ausente, esteve sempre presente.

“A cooperação existe entre todas as coisas criadas.” – C. Torres Pastorino

“O homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preconceitos e preceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vida na do mundo.”

Needell

RESUMO

Este trabalho propõe a análise do livro *Os Bruzundangas* (1923), de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). Nessa obra, cujo título é um brasileirismo que significa “palavreado confuso, algaravia, mixórdia, trapalhada”, com evidente intenção satírica, Lima Barreto, apresenta uma série de caricaturas de um país inexistente, alegoria do Brasil, representado por numerosas províncias: a província dos Bois, dos Rios, da Cana, do Kaphet (essa a mais rica e adiantada de todas) e retrata, em traços panfletários, rápidos e grotescos, em tom nacionalista, xenófobo e ressentido, homens e costumes da 1ª República. A alegoria, em *Os Bruzundangas*, constrói-se por meio de elementos parodísticos - caricatura, hipérbole - que promovem o desvendamento da inconsistência interior da instituição político-histórico-cultural Brasil. Diante disso, os objetivos deste trabalho são: verificar em *Os Bruzundangas* as soluções estéticas encontradas por Lima Barreto para realizar sua crítica social; refletir sobre os procedimentos estilísticos empregados pelo autor na elaboração de *Os Bruzundangas* com o objetivo de verificar o modo como se constrói a crítica; refletir sobre o sentido ideológico do compromisso crítico de Lima Barreto ao denunciar o caráter elitista da 1ª República em *Os Bruzundangas*.

Palavras-chave: Literatura, História, alegoria, paródia, Lima Barreto.

ABSTRACT

*This dissertation aims at analyzing the book *The Bruzundangas* (1923), by Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). The author used the word *Bruzundangas*, which means “confused verbiage, mess”, to present, in a satirical way, a series of caricatures of an imaginary country divided into the following provinces: Bois, Rivers, Cana, Kaphet (this is the richest and the most developed one). The novel can be regarded as an allegory of Brazil and it depicts, through grotesque, nationalist, xenophobic and resentful features, men and manners of our 1st Republic. The allegory in *The Bruzundangas* is built through parodic elements - caricature and hyperbole - that promote the unveiling of the inconsistencies and contradictions of Brazilian politics, history and culture. Thus, the main objectives of this study are to analyze the aesthetic solutions found by Lima Barreto to criticize the elitist character of the 1st Republic in Brazil and to discuss the author’s ideological engagement shown in the novel.*

Keywords: *literature, history, allegory, parody, Lima Barreto.*

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1. Lima Barreto, o drama de um intelectual sitiado.....	12
Capítulo 2. A Primeira República Brasileira.....	21
2.1 Instalação e consolidação da República.....	21
Capítulo 3. A Bruzundanga: visões de um país.....	30
3.1 População.....	32
3.2 Nobreza.....	34
3.3 Política.....	36
3.4 Economia.....	44
3.5 Educação.....	47
3.6 Constituição.....	48
3.7 Força Armada.....	50
3.8 Heróis.....	51
3.9 Religião.....	54
3.10 Províncias.....	55
3.11 Literatura.....	56
Capítulo 4. O Brasil e a Bruzundanga: a comicidade da semelhança.....	63
Considerações Finais.....	72
Referências.....	75

INTRODUÇÃO

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) ficou conhecido na Literatura Brasileira a partir da publicação de dois romances, a saber: *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* (1909) e *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911). No entanto, a produção literária desse autor, que tentou “converter a literatura numa verdadeira arma de combate” (COUTINHO, 1986, p. 204), é ampla e compreende, ainda, outros romances, como: *Numa e a ninfa* (1915), *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) e *Clara dos Anjos* (1922); as sátiras *Os Bruzundangas* (1922) e *Coisas do Reino de Jambon* (1952); o conto *Histórias e Sonhos* (1920), obra republicada em 1952 sob o título de *Outras Histórias e Contos Angelinos*; alguns artigos e crônicas reunidos em *Bagatelas* (1923), *Feiras e mafuás* (1953), *Marginália* (1953) e *Vida Urbana* (1956), as memórias *Diário íntimo* e *Cemitério dos vivos*, publicadas, também, em 1953.

O presente trabalho propõe um estudo da obra satírica *Os Bruzundangas*, considerada uma alegoria da 1ª República brasileira por apresentar, descrever e satirizar tipos e costumes que muito se assemelhavam aos encontrados no Brasil daquele tempo. Nessa obra, Lima Barreto, numa viagem imaginária ao “país das encencas” (como o narrador o batizou) denuncia, num tom de crítica à sociedade, os males que atingem o povo entregue a uma classe política que custeia a própria vida e a dos seus com o orçamento do Tesouro da República, assumindo um papel de “viajante curioso” e fazendo um trabalho de “turista superficial e não de erudito que não sou.” (1998, p. 165).

A obra *Os Bruzundangas* foi escolhida por apresentar um desvendamento da inconsistência interior da instituição político-histórico-cultural Brasil, com o intuito de

evidenciar que ao lermos as páginas da mesma reconhecemos a história brasileira em todos os seus aspectos.

Os objetivos desse trabalho são: verificar em *Os Bruzundangas* as soluções estéticas encontradas por Lima Barreto para realizar sua crítica social; refletir sobre os procedimentos estilísticos empregados pelo autor na elaboração de *Os Bruzundangas* com o objetivo de verificar o modo como se constrói a crítica; refletir sobre o sentido ideológico do compromisso crítico de Lima Barreto ao denunciar o caráter elitista da 1ª República em *Os Bruzundangas*.

Consideradas as propostas da descrição da natureza do cômico, da psicologia do riso e de suas formas de percepção apresentadas por Propp (1992), em *Comicidade e Riso*, e as proposições de Fontanier (1977), em *Les figures du discours*, julgamos que estas se adequam à análise das crônicas que constituem a alegoria satírica sobre o Brasil realizada por Lima Barreto em *Os Bruzundangas*.

Para o estudo da obra de Lima Barreto, esta dissertação está dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Lima Barreto, o drama de um intelectual sitiado”, apresenta uma reflexão sobre como a vida de Lima Barreto tornou-se um fator essencial para a criação literária do autor, que se dedicou, inteiramente, à literatura militante.

No segundo capítulo, “A Primeira República Brasileira”, discutimos questões acerca do processo histórico de instalação e consolidação da República no Brasil.

Partindo de um estudo analítico das situações descritas em cada uma das crônicas de *Os Bruzundangas*, o terceiro capítulo, “Bruzundanga: visões de um país”, traz considerações acerca dos usos, costumes, das instituições civis, sociais e políticas desse país imaginário.

No quarto capítulo, “O Brasil e a Bruzundanga: a comicidade da semelhança”, analisamos as figuras representadas nas crônicas do livro *Os Bruzundangas*.

As “Considerações Finais” apresentam reflexões sobre o estudo analítico da obra satírica de Lima Barreto *Os Bruzundangas*.

1. LIMA BARRETO, O DRAMA DE UM INTELLECTUAL SITIADO

Em 1908, Lima Barreto escrevia as *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Nesse mesmo ano, a literatura perdia Machado de Assis. Tristão de Ataíde assinalou, em uma de suas obras, essa coincidência, ao reconhecer que a obra de Lima Barreto viria a prolongar a tradição interrompida com a morte de Machado.

A esse respeito, Gilberto Mendonça Teles (1996, p. 398) observou, em *A escrituração da escrita*, que:

Machado de Assis, a partir de 1880, elevou a narrativa literária da língua portuguesa ao seu mais alto grau de expressão, superando a prosa realista de Eça de Queirós e se antecipando, de muito, a algumas das grandes inovações do romance neste século. Depois de Machado de Assis, o resto seria o silêncio, como no final de Hamlet, se não tivesse havido a síntese de Lima Barreto e, por ela, as experimentações dos modernistas e a retomada realista dos romancistas de 1930.

Segundo Teles (1996, p. 399), Lima Barreto faz uma “espécie de narrativa natural, estirada entre as nascentes e uma foz que se perde nos horizontes da recepção cultural” e sua narrativa surge em um “momento de transição de um pré-modernismo que vacilava entre o apolíneo de Coelho Neto e o dionisíaco de uma filosofia nacionalista, que evoluía da ingenuidade ufanista para o regionalismo crítico” (VASCONCELLOS, 2001, p. 11). Quase cem anos após a Independência, Lima Barreto encontrou no conto a melhor forma de expressão da cor local e das misérias da vida interiorana, escrevendo sempre em favor dos oprimidos, dos humilhados, dos marginalizados pela sociedade, uma vez que ele queria “não mais a exaltação do amor, que nunca esteve a perecer; mas a comunhão dos homens de todas as raças e classes,

fazendo que todos se compreendam, na infinita dor de serem homens” (VASCONCELLOS, 2001, p. 12).

Dentro desse contexto, colocando em relevo as zonas suburbanas do Rio de Janeiro, bem como o caráter e os costumes das pessoas que nelas viviam, pela ironia e pela sátira, Lima Barreto fez uma narrativa inovadora, espontânea, protegida dos gramáticos e dos puristas, que escreviam como os portugueses de Portugal. Segundo Vasconcellos (2001, p. 12), “o tom zombeteiro, um tanto rancoroso, do autor de *Numa e a Ninfa* vinha mesmo a calhar nos primeiros tempos modernistas, quando não se sabia bem em que sentido se devia renovar a narrativa de ficção”. Assim, o romance de Lima Barreto traduz-se numa consciente utilização da linguagem cotidiana:

A obra de Lima Barreto - romances, contos, crônicas, crítica, diário, correspondência – é alvo hoje da atenção da crítica, que a estuda mais pelo seu conteúdo corrosivo do que pela força de sua linguagem que, sem invenções, sem experimentalismos verbais e sintáticos e sem fortes imagens literárias, se impõe e atrai o leitor mediano pela eficácia do consabido e do cotidiano, ou seja, pela ilusão de uma “realidade” copiada da vida real. O pacto com o leitor se torna efetivo. A ficção se quer crônica; e a crônica parece aspirar à ficção. Aí, realidade e ficção perdem os seus limites - elas se interpenetram e a linguagem da narrativa ganha as suas franjas de veludo e de algodão. (VASCONCELLOS, 2001, p. 12)

Nesse sentido, Lima Barreto, escritor militante, característica que ele atribuía a si mesmo e cuja significação implicava a substituição do bonito pelo real – teria sido o romancista brasileiro do século XX que melhor reconheceu o poder de transfiguração da produção literária como obra de arte; caracterização expressa por suas próprias palavras:

Tendo passado por diversos meios os mais descontraídos possíveis, eu me julgo conhecedor bastante das coisas deste mundo, para, com os elementos da vida comum, organizar uma outra, dos meus sonhos, com a qual a minore, só no criá-la, a

mágoa eterna e inapagável que haja talvez em mim e me turve as alegrias íntimas (LIMA BARRETO, apud VASCONCELLOS, 2001, p. 29)

Para Montenegro (1953, p. 146), Lima Barreto foi um autor que olhou a si mesmo para escrever:

em Lima Barreto foi como se o sentimento constantemente amargo da vida, a crua e penetrante consciência de vítima que tanto o torturava, tirasse de vez em quando ao escritor o que faz a força e a intensidade do escritor (sic) - a sua disponibilidade interior, indispensável a uma arte que se propõe representar as coisas em termos de uma realidade mais real ainda do que a própria vida.

Segundo Bosi (1970), a obra de Lima Barreto, formada numa época em que morria a *belle époque*, instaura-se entre o mundo do tradicionalismo - agrário, saudosista e reformador - e o mundo do novo século, seduzido pela vanguarda e pelo racionalismo, fecundado pelo dadaísmo e pelo cubismo, pela psicanálise e pelo relativismo de Einstein, pela Revolução Russa, anarquismo espanhol e sindicalismo fascista.

Os desgostos domésticos, a revolta contra o preconceito de cor de que foi vítima, somados à vida economicamente difícil de funcionário da Secretaria da Guerra e colaborador da imprensa, às constantes crises de depressão e ao alcoolismo fizeram de Lima Barreto um crítico social severo, e, por vezes, panfletário. De sua ansiedade existencial surgiu uma arte que, apesar de trazer a marca de um mulato pobre e marginalizado, representou análises e descrições da dominação burguesa apresentadas a partir da construção de um espaço cultural que incorporava as aspirações e os protestos do oprimido por meio de uma literatura social e politicamente militante.

Para Lima Barreto, a Literatura deveria ser considerada por todo escritor como a expressão de um momento da sociedade e não poderia dela permanecer desconectada¹; todo escritor deveria assumir o dever de retratar essa realidade em face do Mundo e da Humanidade², produzindo, assim, uma literatura de denúncia, que não seja um fazer literário repleto de clichês³.

Lima Barreto militou assim como Anatole France, Guyau e Taine. À semelhança do primeiro, suas obras ou visavam à propaganda de um credo social ou miravam um fim sociológico. Quanto a Guyau, Lima Barreto internalizou em sua formação e exteriorizou em suas obras, que o objetivo da arte é revelar umas almas às outras ou restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento entre os homens. À Anatole e Guyau, acrescentou a lição de Taine de que a obra de arte tem por fim dizer o que os simples fatos não dizem.

¹ A importância da obra literária que se quer bela, sem desprezar os atributos externos da perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo de equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade, uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso de nosso destino, em face do infinito e da miséria que nos cerca e aluda às questões de nossa conduta na vida. (LIMA BARRETO, apud VASCONCELLOS, 2001, p. 38)

² Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina externa dos gêneros, e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm de comum e dependente entre si. (LIMA BARRETO, apud VASCONCELLOS, 2001, p. 38)

³ A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações. No mais é uma continuação do exame de português, uma retórica mais difícil a se desenvolver por este tema sempre o mesmo. (LIMA BARRETO, apud VASCONCELLOS, 2001, p. 38)

Ao defender que queria praticar uma literatura militante, Lima Barreto mostrou não ser o primeiro a se preocupar em oferecer e a propor essa opção e, mais uma vez, marcou sua aproximação e identificação com a literatura francesa⁴.

Assim, ao advertir: “Não queria tratar de semelhante assunto, mas a minha obrigação de escritor leva-me a dizer alguma coisa a respeito, a fim de que não pareça que há medo em dar sobre a questão qualquer opinião” (LIMA BARRETO, apud VASCONCELLOS, 2001, p. 38); Lima Barreto assumiu para si mesmo e para a sociedade da época que a covardia e a desonestidade intelectuais eram crimes e que “se a lei pune diversas desonestidades, deve punir também aquela que macula, viola, desmoraliza a mais nobre das faculdades - o pensamento” (LIMA BARRETO, apud VASCONCELLOS, 2001, p. 38).

Segundo Needell (1993, p. 256-257) a grandeza literária tornou-se uma obsessão para Lima Barreto, sua única esperança de vingança contra uma sociedade cujas pretensões eurófilas, racismo e preconceitos de classe ele denunciava e sofria diariamente. Em 1909, ano em que publicou *Recordações do escrivão Isaías Caminha* pela primeira vez, seu diário registra desespero e esperança⁵.

⁴ O termo *militante*, de que tenho usado e abusado, não foi pela primeira vez empregado por mim. O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o, creio que em *Prosas Bárbaras*, quando comparou o espírito da literatura francesa com a da portuguesa. [...] Ele mostrou que desde muito as letras francesas se preocupam com o debate das questões da época, enquanto os portugueses limitavam-se às preocupações da forma, aos casos sentimentais e amorosos e da idealização da natureza. Aquelas eram – militantes; enquanto estas eram contemplativas e de paixão. (LIMA BARRETO, apud VASCONCELLOS, 2001, p. 47)

⁵ Mulato, desorganizado, incompreensível, e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande Humanidade de que quero fazer parte. (LIMA BARRETO, apud VASCONCELLOS, 2001, p. 47)

J. dos Santos em *A Notícia* (15 dez. de 1909) ao se referir à publicação da obra *Recordações do escrivão Isaías Caminha* de Lima Barreto, naquele mês, considerou ser esse livro uma revelação: “Uma revelação porque é positivamente um escritor, seguro de sua pena, capaz de uma obra de fôlego. Seu estilo é bom, claro, nervoso. Ainda uma vez, começa pelo fim; aparece como um escritor feito.”

Needell (1993, p. 256-257) aponta que, ao final de sua vida, a fé burguesa e europeia na mobilidade social por meio do sucesso intelectual continuava guiando Lima Barreto:

O homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preconceitos e preceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai, além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vida na do Mundo.

Lima Barreto empenhava-se em fazer obra atual e atuante, do seu tempo e do seu meio, sem a preocupação característica da época de “traduzir para o clássico” o pensamento e a emoção, o que lhe conferiu a acusação de desleixado de linguagem, e, até mesmo, de subscritor. Entretanto, na verdade, é necessário afirmar que ele sabia jogar com as palavras para delas extrair os efeitos estéticos ou funcionais exigidos pelo texto.

Como notou Houaiss (1956, p. 27):

Lima Barreto poderá ser reputado “incorreto” do ponto de vista “gramatical”, e de “mau gosto”, do ponto de vista estilístico - afinal de contas, o conceito de correção, na nossa gramática, mandarina e bizantina, pode apresentar tais e tantos planos de julgamento, que poucos, pouquíssimos escritores poderão enfrentar todas as sanções de todos os planos; e afinal de contas, ainda, o problema do “bom gosto” é intimamente flutuante, no espaço, no tempo, e no mesmo espaço e no mesmo tempo, não parecendo constituir uma questão modalmente estética (...) E

correto ou incorreto, de bom ou mau gosto, foi incontestavelmente um escritor muito consciente dos móveis e fins, recursos e meios - inscrevendo-se como um dos maiores, senão o maior, dos escritores realistas desta fase crítica de nossa evolução social.

Neste sentido, Prado (1989, p. 3) faz a seguinte afirmação sobre a obra de Lima Barreto: “O narrador que nos fala não quer falar como literato, e a linguagem propositalmente desleixada, sugere apenas o registro atento das pequenas vicissitudes do cotidiano”.

Nessa busca do acontecimento ancorada na pesquisa do cotidiano, Lima Barreto inaugurou uma mobilidade narrativa na qual o espaço e o tempo se desmistificam para se transformarem em circunstância integrada à experiência do leitor; o fluxo narrativo cede lugar ao tom improvisado que associa reportagem e testemunho, aproximando-se da reprodução quase instantânea com que se multiplica o ritmo das coisas em movimento; os assuntos, não mais narrados, são apenas organizados, distanciando-se da plenitude do “acontecer” ficcional, como aponta Barbosa (1972, p. 8-9):

Como num vasto painel que se desdobra em sucessivos quadros, lá estão os episódios culminantes da insurreição antiflorianista, a campanha contra a febre amarela, a ação de Rio Branco no Itamarati, a política da valorização do café, o governo do Marechal Hermes da Fonseca, a participação do Brasil na primeira guerra mundial, o advento do feminismo, as primeiras greves operárias, a Semana de Arte Moderna, o delírio do futebol e do jogo-do-bicho, tudo isso em mistura com os nossos ridículos e as nossas misérias, mas também sem esquecer a grandeza e a doçura do nosso povo; a mania de ostentação, o vazio intelectual e a ganância dos políticos; em suma, toda a crise das classes dirigentes, que se agravaria de modo alarmente com a queda do Império, isso de um lado: do outro, a bondade inata do brasileiro, a coragem do funcionário público humilde que luta por educar os filhos, o milagre da sobrevivência da população pobre do subúrbio carioca, que, em meio da miséria, canta e ri.

As personagens das obras de Lima Barreto são representadas por meio de personagens-símbolos, são caricaturas de líderes e intelectuais; trata-se de uma criação aleatória intencionalmente traçada para construir um panorama da mentalidade burguesa, predominante no Brasil, nos primeiros trinta anos de vida republicana. Veríssimo explica que “a quase todas as suas personagens, crismadas com pouca inventiva pode-se pôr um nome conhecido [...]” (apud VASCONCELLOS, 2001, p. 31)

A esse respeito, Manuel Oliveira Lima observa que é permitido ao próprio leitor reconstituir o caráter das personagens da obra barretiana, ressaltando que esta construção se faz “sem fadiga, naturalmente, quase instintivamente, com elementos postos à sua disposição – observações passageiras, fragmentos de diálogos, notações rápidas de sentimentos” (apud VASCONCELLOS, 2001, p. 35).

E João Ribeiro (apud VASCONCELLOS, 2001, p. 31-32) complementa:

No Brasil, em quase todos os ramos de vida, o “arrivismo” é uma arte consumida e perfeita; sem ela, seria impossível explicar o triunfo e a evidência de indivíduos quase nulos, insignificantes, incultos e ridículos, que, entretanto, ocupam as melhores posições. A inteligência substitui-se à esperteza, que é também, não há negar, uma qualidade do espírito. Já não é pouco verificarmos que, por exemplo, na política, senão temos a vaidade temos, pelo menos, o sofisma. Contentamo-nos com aparência e com arremedos simiescos. Dessa desordem fundamental dos nossos costumes traçou Lima Barreto com mão firme um esboço tão parecido à realidade que com ela se confunde.

Por meio de sua obra de ficção, Lima Barreto, no início do século XX, encontrou na sátira a maneira mais eficaz de apontar os males da sociedade brasileira compreendida em quase todos os seus setores. Ele penetrou fundo na ambiência de toda uma época revelando por inteiro a sua mentalidade, o seu *abstractum* social e humano

em pequenas crônicas nas quais é sempre o Brasil, ou melhor, a 1ª República Brasileira, o tema da caricatura.

Nessa perspectiva, Lima Barreto utiliza, no conjunto de sua produção, e ainda mais notadamente em *Os Bruzundangas*, de técnicas de narração comuns a toda sua obra: ironia, desmascaramento impiedoso do nosso mestiçamento, ridicularização corrosiva de nossas instituições para obter o desejado efeito satírico e denunciar as pretensões aristocráticas da sociedade brasileira da 1ª República, entre elas, “a nostalgia de sermos europeus, instalados por acaso em terras americanas” (*Os Bruzundangas*, p. 11) ou a necessidade pungente de reformas sociais e morais; o autor faz crítica irônica e divertida numa viagem imaginária ao país Bruzundanga da qual relata suas experiências.

2. A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

A obra de Lima Barreto tem uma íntima ligação com os acontecimentos da época em que foi escrita. Sendo assim, compreender o papel da produção literária de Lima Barreto na Literatura Brasileira reporta-nos à necessidade de entendermos o período histórico em que se insere o autor. Em certa medida, cada escritor traz para suas obras as marcas de seu tempo, as influências das correntes de pensamento em voga em determinado período, pois cada um escreve de um determinado lugar sócio-histórico e, por essa razão, sua escrita, ainda que ficcional ou mesmo nos casos em que o autor a afasta do momento mais imediato, nunca poderá estar totalmente alheia aos fatos da realidade.

Lima Barreto optou por mostrar claramente em sua produção literária os acontecimentos, os comportamentos e as relações sociais, e, sobretudo, as consequências desses acontecimentos sobre as classes menos favorecidas. Nessa perspectiva, faz-se necessário resgatar os principais fatos e a configuração social brasileira da 1ª República.

2.1 Instalação e consolidação da República

Com a República, o Brasil mudou a forma de governo, trocou de bandeira, ganhou Constituição nova, separou a Igreja do Estado. Entretanto, a estrutura social e econômica não foi alterada: os chefões eram os mesmos de antes, os ricos mantiveram-se em sua exploração e os pobres continuaram em sua miséria. Os dois primeiros presidentes do Brasil foram militares – Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto. Com o terceiro, Prudente de Moraes, um civil, a oligarquia cafeeira

subiu ao poder. Nessa época, o Brasil começou a enfrentar problemas com os credores de sua dívida externa, que exigiam controle dos gastos públicos, diminuição da inflação, restrição do crédito às empresas e aumento de impostos.

É possível afirmar que a transição do regime monárquico para o republicano deu-se de forma pacífica. Para o historiador Boris Fausto (1989, p. 22) “a passagem do Império para a República foi quase um passeio”, pois não ocorreram derramamentos de sangue. Tudo funcionou como um acordo entre cavalheiros. Na verdade, a Proclamação da República foi um movimento militar e não popular. Além de alguns poucos que aplaudiram um regime que nem sabiam o que significava, não há registros de manifestações populares na noite de 15 de novembro de 1889. Instalava-se, pois, por meio de um acontecimento inesperado, rápido, sem derramamento de sangue e puramente militar, mais um regime que excluía o povo. Para a grande maioria da população tudo continuaria como antes, isso porque o caminho para o progresso social brasileiro sempre ocorreu de forma a conciliá-lo com o atraso, como observa Coutinho (2000, p. 34):

A alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo ato” que exclui inteiramente a participação popular.

Essa ausência da participação popular gera uma ideia bastante comum, ainda nos dias atuais, de que a mudança se dará independente de nossa participação, ou ainda, de que ela depende da atuação de alguns indivíduos da sociedade dotados de qualidades especiais. A alteração social no Brasil, como define Coutinho, seguiu aquilo que Lênin chamou de “via prussiana” e Gramsci designou como “revolução passiva”. Distante de seu fruto de um clamor popular, a República Brasileira vinha para atender às demandas

de determinadas camadas da sociedade, principalmente aos interesses econômicos dessas classes sociais.

O período imediatamente posterior à proclamação, ao contrário dessa, seria marcado por conflitos entre os diversos grupos que disputavam o poder, pois esses grupos divergiam em suas concepções de como organizar a República. No dia seguinte à proclamação, formou-se o governo provisório, liderado pelo amigo do imperador, Marechal Deodoro da Fonseca, que deixara de ser monarquista somente nas vésperas do golpe republicano. Os militares tinham o poder instituído, mas, na realidade, o país tinha donos que não usavam fardas, isto é, os grandes proprietários rurais e comerciantes ligados ao setor produtor, principalmente ao café.

Logo nas suas primeiras deliberações, o governo provisório revelou seu caráter conservador. Deixou bastante claro que sua principal missão era, naquele período de transição, defender a ordem pública e o direito à propriedade dos habitantes nacionais e estrangeiros. E, para acalmar os possíveis temores dos países capitalistas, o governo provisório compromete-se a assumir, em nome da República, todos os compromissos financeiros contraídos durante o regime monárquico. Assim, o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca ficaria marcado na História, especialmente, pelas medidas econômicas adotadas pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa. A política implantada era a da emissão de mais moedas, visando a ajudar os cafeicultores falidos do Vale do Paraíba e os donos de engenho do Nordeste. Animado pela safra recorde do café em 1889 e pela entrada de empréstimos externos, Rui Barbosa lançou-se a uma política emissionista favorável à criação de indústrias e de outros tipos de empresa.

A República, que criticava a falta de moralidade do Império, surgia sob a marca da especulação: banqueiros, agiotas e especuladores, aliados a autoridades públicas tornaram-se as figuras notáveis da época: De acordo com Sevecenko, “conciliando essas

duas características, o conservadorismo arejado e a cupidez material, pode-se conceber a imagem acabada do tipo social representativo por excelência do novo regime” (1999, p. 65).

O movimento de especulação ficou conhecido historicamente como *encilhamento*. As emissões desvalorizaram sobremaneira a moeda brasileira, o que prejudicou as empresas que importavam mercadorias e, ao mesmo tempo, favoreceu os cafeicultores que exportavam e recebiam em moedas estrangeiras fortes. Na verdade, a grande maioria da população foi prejudicada, pois a política adotada aumentou violentamente o custo de vida.

As eleições durante a República Velha foram marcadas por fraudes, pressões e corrupções. A primeira eleição para a presidência da República foi indireta. O Marechal Deodoro da Fonseca, o proclamador da República, era o candidato natural e recebia apoio de muitos militares. Porém, os poderosos fazendeiros de café, representantes da elite econômica do país, estavam desconfiados do autoritarismo de Deodoro. Muitos o responsabilizavam pela crise econômica provocada pelo encilhamento, pois Rui Barbosa era seu ministro. Nessas primeiras eleições, a oligarquia cafeeira de São Paulo apresentou seus candidatos: Prudente de Moraes para presidente e o Marechal Floriano Peixoto para vice-presidente. Embora a maioria dos parlamentares estivesse inclinada a votar no candidato civil e paulista, o exército não aceitaria um presidente civil e, para evitar um confronto com os militares, optou-se por um compromisso político que elegeu como presidente o Marechal Deodoro e, como vice, o Marechal Floriano Peixoto.

O governo de Deodoro defendeu uma política de centralização do poder, enquanto às oligarquias regionais, principalmente a cafeeira, interessavam a autonomia e descentralização. Deodoro, como militar, não aceitava as imposições do Congresso que o havia eleito. Seu governo foi marcado pelo paternalismo, apadrinhamento e

nepotismo. Em uma tentativa de conter a oposição, o presidente dissolveu o Congresso, decretou o estado de sítio, começou a preparar uma nova constituição e mandou prender seus adversários militares e políticos. A tentativa de golpe, no entanto, fracassou e, após nove meses de governo, diante da grave situação que se formava, com o país a beira de uma guerra civil, o marechal Deodoro compreendeu a impossibilidade de continuar na presidência e renunciou ao cargo no dia 23 de novembro de 1891. Em seu lugar assumiu o vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto.

A constituição de 1891 estabelecia que, no caso de vacância dos cargos de presidente da República e vice, antes de decorridos dois anos de governo, seria necessário convocar novo pleito. Todavia, o Marechal Floriano não estava disposto a ceder às pressões daqueles que alegavam a inconstitucionalidade e reprimiu de forma autoritária seus adversários. Durante sua gestão, Floriano enfrentou ainda a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Embora essa última tenha sido uma revolta militar, protagonizada por oficiais da marinha, Floriano recebeu apoio dos militares, especialmente dos positivistas e dos cafeicultores que desejavam estabilidade política e econômica para seus negócios. Entre as primeiras medidas do governo de Floriano, destacam-se: afastamento dos chefes de governos estaduais indicados por Deodoro da Fonseca e reabertura do Congresso Nacional.

Após o governo florianista, foi eleito Prudente de Moraes, primeiro presidente civil brasileiro, tendo inaugurado o que ficou conhecido como República Oligárquica. No governo de seu sucessor, Campos Salles, institucionalizou-se a chamada “política dos governadores”, sistema de dominação política que permitia às oligarquias se perpetuarem e se sucederem no poder sem riscos. Apesar da independência entre os poderes, o executivo federal foi fortalecido. A maioria parlamentar dos legislativos estaduais e federal devia apoiar a política dos executivos. As oposições tinham

existência marginal, sem qualquer chance de disputar o poder. O executivo federal não apoiava as oposições estaduais nem permitia que ameaçassem os executivos estaduais, os quais, em troca, deveriam mandar para o legislativo federal bancadas que apoiassem os projetos do presidente da República. Durante muito tempo, praticamente não houve candidatos eleitos pelas oposições. Mais tarde, garantiu-se que um quarto dos eleitos as representaria. Uma das bases do sistema era o coronelismo, pois a “força das oligarquias estaduais vinha do controle sobre os grandes coronéis municipais, condutores das massas rurais impotentes, castradas e incapazes de atuar politicamente de maneira autônoma” (CÁCERES, 2001, p. 19). O poder era mantido por meio das fraudes, do controle dos coronéis e do domínio da máquina governamental e eleitoral. A população rural, que na maioria das vezes vivia em condição de miséria, se submetia a votar em quem os coronéis mandavam em troca de benefícios.

A Primeira República foi marcada por várias políticas de valorização do café, principal produto de exportação do país naquela época. Essas políticas incluíram, inclusive, a compra e armazenamento do produto pelo governo para evitar quedas drásticas nos preços.

Entretanto, o início do novo regime também foi um período fértil para o crescimento da indústria brasileira, e isso contribuiu para o aumento da imigração e da migração do campo para as grandes cidades. Essas transformações econômicas e sociais influenciaram muito na vida dos brasileiros e transformaram sensivelmente a distribuição da população no território nacional. A nova configuração social, impulsionada pelas ideias que “desembarcavam” na capital, parecia exigir uma mudança de costumes e a adoção de uma forma de vida mais condizente com a situação. Uma ânsia pelo progresso vindo dos principais países europeus tornou-se o objetivo

maior, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, capital da República e centro econômico e financeiro.

A antiga capital do Império precisava adaptar-se aos novos tempos e aos novos costumes e uma intensa modificação de sua estrutura física foi o objetivo de seus governantes. Essas modificações eram o reflexo do pensamento dominante da época: para alinhar-se com os países estrangeiros e a eles oferecer uma imagem de credibilidade para desfrutar de seus capitais, era preciso extirpar todo e qualquer empecilho do progresso e livrar-se de tudo que pudesse remontar ao passado de atraso do período imperial, pois, segundo Sevecenko (1999, p. 66):

o medo das doenças, somado às suspeitas para com a comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus, que se mostravam tão parcimoniosos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles.

A ideia de progresso nos moldes europeus era o objetivo da nova classe social brasileira, isto é, da nova burguesia. Essa elite hegemônica pôde estabelecer seus novos padrões, que faziam necessária a “regeneração” da cidade e de todo país. Essa regeneração, no caso do Rio de Janeiro, de acordo com Sevecenko (1999, p.67), foi pautada por quatro princípios fundamentais:

a condenação de hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

Nessa perspectiva, para a burguesia interessava desvincular a identidade nacional das classes populares e de tudo que pudesse representá-la. Ao contrário de outros momentos da História em que se buscou uma identificação com os grupos nativos, especialmente os índios, naquele momento o desejo era o de ser estrangeiro. A música, as diversões, a moda, tudo buscava identificar-se com o modelo europeu. Rejeitava-se o violão, a religiosidade popular, as festas locais, inclusive o carnaval à moda brasileira. A nova sociedade não permitia nem mesmo aos habitantes de rua o uso do espaço reservado para eles. Na imprensa, ainda segundo Sevecenko (1999), surgiu uma verdadeira “campanha de caça aos mendigos”, visando à eliminação de pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade. Era necessário, pois, afastar fisicamente os entraves para o progresso. A destruição de antigos casarões, a remodelação das ruas e avenidas e a consequente modificação do espaço urbano obrigaram a população pobre a afastar-se do centro da cidade, o que resultou no florescimento dos subúrbios cariocas, tão bem caracterizados por Lima Barreto em diversos momentos de sua obra.

A República e a remodelação de sua capital tiveram um preço alto para uma parcela da população, pois para que se pudesse transmitir a imagem aparente de progresso, era necessário tentar ocultar os dissabores da pobreza e do caos social. O contingente de desempregados aumentara muito e a situação se agravara com o grande número de imigrantes que aportava quase que diariamente no Rio de Janeiro. A população do Distrito Federal mais que dobrou até 1920 e a densidade demográfica nas áreas urbanas era da ordem de aproximadamente 4000 pessoas por km². Todo esse crescimento populacional só piorava as condições de vida da população pobre do Rio de Janeiro. Os altos índices de desemprego, os baixos salários, a carência de moradias, a

falta de condições sanitárias, as constantes moléstias, caracterizaram a vida cotidiana da população mais humilde durante toda a Primeira República.

3. A BRUZUNDANGA: VISÕES DE UM PAÍS

Os Bruzundangas constituem uma coleção de vinte e uma crônicas (acrescidas de introdução) redigidas por Lima Barreto, a partir de 1917, para o semanário *ABC* dirigido por Paulo Hasslocher e Luís Morais. Reunidas em volume, em um momento de abertura financeira, foram editadas por Jacintho Ribeiro dos Santos apenas em 1923, após a morte do autor. À coletânea *Os Bruzundangas* foram anexadas, posteriormente, *Outras histórias dos Bruzundangas* e *As aventuras do Doutor Bogóloff*. A coletânea foi subintitulada, a partir da terceira edição, *Sátiras*, evidenciando, assim, o caráter cômico dos textos.

Bruzundanga ou *burundanga* é um brasileirismo que significa “palavreado confuso, algaravia, mixórdia, trapalhada”. A república dos bruzundangas seria, por conseguinte, o país das trapalhadas. Com evidente intenção crítica e satírica e, segundo o prefaciador da terceira edição, Francisco de Assis Barbosa (1956), imitando Swift em *As Viagens de Gulliver*, Lima Barreto apresenta uma série de caricaturas de um país inexistente, alegoria do Brasil, representando numerosas províncias: a província dos Bois, dos Rios, da Cana, do Kaphet (esta a mais rica e adiantada de todas) e retrata, em traços panfletários, rápidos e grotescos, em tom nacionalista, xenófobo e ressentido, homens e costumes da 1ª República.

Outras histórias dos Bruzundangas compõem-se de seis crônicas ligadas a *Os Bruzundangas* pelo denominador comum, o termo “bruzundanga”. *As aventuras do Doutor Bogóloff*, estreitamente vinculadas ao romance *Numa e a Ninfa* de que são, em verdade, o núcleo original da obra, compõem uma terceira parte de *Os Bruzundangas*. *As aventuras do Doutor Bogóloff*, publicadas no Rio de Janeiro, semanalmente, às terças-feiras, por A. Reis, foram subintituladas “narrativas humorísticas” e apresentam

“episódios da vida de um revolucionário russo”. Sua inserção em *Os Bruzundangas* deu-se a partir da terceira edição, de 1952.

No prefácio de *Os Bruzundangas*, Lima Barreto menciona a seguinte afirmação presente no quarto capítulo de *A Arte de Furtar*: “*Como os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões*”. Mesmo não tendo lido o capítulo, Lima Barreto abriu ao acaso um exemplar do curioso livro, o autor afirma ter considerado verdadeira a coisa e boa para justificar a publicação de suas despreziosas “Notas”.

A *Bruzundanga* forneceria, segundo ele, matéria de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois ela possuía maiores e mais completos males, representados pela mentalidade e ações burguesas, com as suas fraquezas e alienações, que predominaram no Brasil nos primeiros trinta anos de nossa vida republicana. Sua missão seria, portanto, como a de “maiores” da *Arte*, livrar-nos dos outros, naturalmente menores.

Nas vinte e uma crônicas de que são compostos *Os Bruzundangas* (além da crônica introdutória “Os Samoiedas”), Lima Barreto apresenta sua crítica a escritores, heróis da história nacional, à sociedade em geral e à política, segundo ele, irrecuperavelmente corrupta; na sequência aparecem “Notas Soltas” (XXII): sobre o teatro, sobre os literatos, sobre os jornais, etc., totalizando dez.

Passaremos, nesse momento, ao estudo analítico da narrativa de *Os Bruzundangas*, com o intuito de identificar e desvendar os males que assolam o “país das encencas”, aproximando-o do Brasil.

Bruzundanga

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga é um país formado por vinte províncias. A seguir será apresentado, sob alguns aspectos, um panorama acerca dos usos, costumes, das instituições civis, sociais e políticas desse país.

NOME: República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

CAPITAL: Bosomsy (cidadezinha com pretensões de metrópole europeia).

POPULAÇÃO: A população é formada diretamente por médicos ricos, advogados afreguesados, tabeliões, políticos, altos funcionários, acumuladores de cargos públicos, também por cidadãos que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria - os mais respeitáveis - e pelos javaneses, a vergonha da Bruzundanga. Independente de qual profissão assumam, os cidadãos da Bruzundanga são todos inescrupulosos e “vivem a maior parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro seja como for” (*Os Bruzundangas*, p. 124). As principais características da população são as seguintes:

Por mais que se esforcem, por mais que queiram, semelhantes homens, atarefados dia e noite, nos escritórios, nas repartições, nos tribunais, nos cartórios, na indústria política, não podem ter o repouso de espírito, o ócio mental necessário à contemplação desinteressada e à meditação carinhosa das altas coisas. Limitam-se a pousar sobre elas um olhar ligeiro e apressado; e a preocupação de manter os empregos e fazer render os cartórios tirar-lhes-à o sossego de espírito para apreciar as grandes manifestações da inteligência humana e da natureza. (1998, p. 125)

A contínua ambição por ganhar e acumular dinheiro, pela busca do favorecimento por meio de empregos e favores governamentais e o sentimento de insegurança da situação em que se encontram fazem da sociedade da Bruzundanga uma sociedade medíocre, como podemos observar na seguinte passagem:

Uma tão vulgar preocupação pauta toda a vida intelectual da sociedade bruzundanguense, de modo que, nas salas, nos salões, nas festas, o tema geral dos comensais é a política; são as combinações de senatorias, de governanças, de províncias e quejandos. (1998, p. 126)

A política dessa sociedade é, portanto, uma vulgar especulação de cargos e propinas. Vejamos:

Em uma sala, se se ouve as conversas das senhoras (digo senhoras), a preocupação não é outra senão saber se fulano será ministro, para dar tal ou qual comissão ao marido ou ao filho. Uma outra criticará tal ou qual pessoa poderosa porque não arranjou para o pai uma concessão qualquer. É assim. (1998, p. 126)

Essa característica da sociedade da Bruzundanga faz todas as manifestações de cultura dessa sociedade serem inferiores; os produtos intelectuais da Bruzundanga são de uma pobreza inconcebível.

A pintura, na Bruzundanga, tem raros amadores que vivem à míngua, cujos quadros, quando encomendados, são pagos com dinheiro público; o mecenato na Bruzundanga é custeado pelo Tesouro Nacional.

A Bruzundanga é incapaz de manter um teatro nacional, considerado a arte de gente rica, pois os ricos desse país são de uma mediocridade artística lastimável.

Assim, a sociedade da Bruzundanga – uma sociedade estável, na qual não há tradição - é considerada incapaz de “criar o gosto, afinar a civilização, suscitar e amparar grandes obras.” (1998, p. 130)

NOBREZA: A nobreza da Bruzundanga divide-se em dois grandes grupos: a nobreza doutoral e a nobreza de palpite, assim como na França, em outros tempos, havia a nobreza de Toga e a de Espada.

Na Bruzundanga, há uma verdadeira obsessão pelos títulos de doutor. Diferente do homem comum, que vê no título um sinal de nobreza e de superioridade em relação às demais pessoas, os cidadãos bruzundanguenses tem um saber limitado e gozam de prestígio social apenas por possuírem título. Por isso, esse título desperta um fascínio nas pessoas, que procuram obtê-lo a qualquer custo, na ânsia de alcançar um espaço privilegiado na organização social às custas de um saber de aparência:

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito, as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar; na Bruzundanga não.

Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de coisas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. (1998, p. 49)

O título - doutor - anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o efeito do - dom - em terra de Espanha. Mesmo no Exército, ele soa em todo o seu prestígio nobiliárquico. (1998, p. 50)

Na Bruzundanga, não basta apenas ter um curso superior, mas gozar de certo prestígio obtido pela conclusão de alguns cursos tidos como os mais “importantes” no universo doutoral:

O ensino superior fascina todos na Bruzundanga. Os seus títulos, como sabeis, dão tantos privilégios, tantas regalias que pobres e ricos correm para ele. Mas só são três espécies que suscitam esse entusiasmo: o de médico, o de advogado e o de engenheiro. (1998, p. 77)

A nobreza doutoral tem, na Bruzundanga, alguns privilégios:

O nobre doutor tem prisão especial, mesmo em se tratando dos mais repugnantes crimes. Ele não pode ser preso como qualquer do povo. Os regulamentos rezam isso, apesar da Constituição etc. etc. (1998, p. 51)

A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas a leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não fez exceção, mas os doutores hermeneutas acharam uma.

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital do Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé no Conservatório de Música e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios.

Como vêm, eles exercem conjuntamente cargos bem técnicos e atinentes aos seus diplomas.

Um empregado público qualquer que não seja graduado não pode ser eleito deputado; mas a mesma lei eleitoral faz exceção para aqueles funcionários que exercem cargos de natureza técnica, isto é doutores. (1998, p. 52)

A nobreza doutoral estampa seus títulos nas pedras dos anéis: os médicos nas esmeraldas; os advogados nos rubis; os engenheiros nas safiras; os engenheiros

geógrafos nas safiras e em certos sinais no arco do anel; os farmacêuticos nos topázios; os dentistas nas granadas, numa hierarquia que coloca os três primeiros títulos como equivalentes, mas os três últimos com um certo abatimento de prestígio.

Há, ainda, na Bruzundanga, um outro tipo de nobreza, intitulada nobreza de palpite. Enquanto a nobreza dos doutores se firma, no conceito popular, em uma superstição de que seus representantes sabem - no conceito das moças casadeiras, eles têm direito a ocupar os cargos mais rendosos do Estado, no pensar dos pais de família, seus filhos têm o direito de trabalhar pouco e de ganhar muito – a outra nobreza da Bruzundanga não tem base em nada; não é firmada em lei ou costume, nem documentada por qualquer espécie de papel, édito, carta, diploma:

No país, esses titulares de palpite não tem importância alguma na massa popular. Os do povo respeitam mais um modesto doutor de farmácia pobre do que um altissonante Medina Sidonia de última hora; a elite, porém, a nata – essa sim! – tem por eles o respeito que se devia aos antigos nobres. (1998, p. 61)

POLÍTICA: O sistema político da Bruzundanga é a República. Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até o presidente da República, são eleitos por sufrágio universal. Entretanto, os políticos práticos desejam eliminar do aparelho eleitoral o voto, que para eles é um elemento perturbador:

Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a instituição e provocar um trabalho infernal na apuração, porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. Cada cabeça, cada sentença; e, para obviar os inconvenientes de semelhante fato, os mesários da Bruzundanga lavraram as atas conforme entendiam e davam votações aos candidatos, conforme queriam. (1998, p. 132)

Raro é o homem de bem que se faz eleitor lá na Bruzundanga:

A sociedade da Bruzundanga mata os seus talentos, não porque ela os desdenhe, mas porque os quer idiotamente mundanos, cheios de empregos, como enfeites de sala banal. (1998, p. 134)

O objetivo das ações políticas dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes:

Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a coisas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo.

A primeira coisa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e de sangue diferente do resto da população.

O valo de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo.

A nação acaba não mais entendendo compreendendo a massa dos dirigentes, não lhe entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades. (1998, p. 63)

Na verdade, os políticos da Bruzundanga só objetivam enriquecer e firmar a situação dos seus descendentes colaterais:

Não há homem influente que não tenha, pelos menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá políticos influentes que não se julguem com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República. (1998, p. 68)

Os presidentes na Bruzundanga são intitulados *mandachuvras*. A não ser que suba ao poder por uma revolta mais ou menos disfarçada, um general mais ou menos decorativo, o mandachuva é sempre escolhido entre os membros da nobreza doutoral e, dentre os doutores, a escolha recai sobre um advogado:

ele surge e é indicado dentre os mais néscios e os mais medíocres. Quase sempre, é um leguleio da roça que, logo após a formatura, isto é, desde os primeiros anos de sua mocidade até os quarenta, quando o fizeram deputado provincial, não teve outro ambiente que a sua cidadezinha de cinco a dez mil habitantes, mais outra leitura que a dos jornais e livros comuns da profissão – indicadores, manuais, etc.; e outra convivência que não a do boticário, do médico local, do professor público e de algum fazendeiro menos dorminhoco, com os quais jogava o solo, ou mesmo o “truque” nos fundos da botica. (1998, p. 98)

Para os influentes da Bruzundanga quanto mais néscio e mais medíocre for o candidato a mandachuva mais interessante e perfeito para a carreira política ele o é; é preferível que o futuro mandachuva tenha mais ambição pelo dinheiro do que vaidade pelo poder:

É este homem que assim viveu a parte melhor da vida; é este homem que só viu a vida de sua pátria na pacatez de quase uma aldeia; é este homem que não conheceu senão a sua camada e que o seu estulto orgulho de doutor da roça levou a ter sempre um desdém bonachão pelos inferiores; é este homem que não conheceu senão a sua camada e que o seu estulto orgulho de doutor da roça levou a ter sempre um desdém bonachão pelos inferiores; é este homem que empregou vinte anos, ou pouco menos, a conversar com o boticário sobre as intrigas políticas de seu lugarejo; é este homem cuja cultura artística se cifrou em dar corda no gramofone familiar; é este homem cuja única habilidade se resume em contar anedotas; é um homem destes, meus senhores, que depois de ser deputado provincial, geral, senador presidente de província, vai ser o mandachuva da Bruzundanga. (1998, p. 98)

O futuro chefe do governo da Bruzundanga começa a sua carreira política pela mão do sogro e dos sacerdotes da província: “se é esperto e apoucado de inteligência e saber, faz-se ainda mais; na maioria dos casos, porém, não é preciso tanto” (1998, p. 101). Uma vez eleitos, durante a primeira legislatura, encarregam-se de comprar celouras, pares de meia, espingardas de dois canos, óculos de grau.

O mandachuva da Bruzundanga tem grandes aliados que o colocam sempre em evidência:

Os jornalistas, grandes e pequenos, não o deixam, elogiam-no, dão-lhe o retrato nas folhas, fazem pilhérias a respeito do homem; e ele autoriza a publicação de atos oficiais do governo de sua província, cujas contas o erário departamental paga generosamente aos seus jornais e revistas. (1998, p. 101)

Todo mandachuva da Bruzundanga é “abençoado” pela Igreja Católica e, assim, torna-se o representante maior do poder temporal e do poder espiritual:

À proporção que sobe, mostra-se mais carola; não falta à missa, aos sermões, comunga, confessa-se e os padres e irmãs de caridade têm-no já por aliado. Ah! Quem o visse contar certas anedotas sobre padres, jogando o “truque”, nos fundos da botica de sua terra!... História antiga! O homem, hoje, é sinceramente, católico, e tanto assim que acompanha procissões de opa e balandrau. (1998, p. 102-103)

Como demonstração de seu poder, é comum o mandachuva agraciar seus escolhidos com um cargo de diplomata, o que torna o referido cargo muito fácil de ser alcançado. Essas indicações aumentam o número de representantes do presidente:

Cada Mandachuva novo traz sempre em mente aumentar o número de legações, de modo que não há país no mundo em que a Bruzundanga não tenha um batalhão de representantes. Muitos desses países não mantêm, com a curiosa república que venho descrevendo, relações de espécie alguma; mas, como é preciso mandar alguns filhos de “figurões” para o estrangeiro, a munificência dos poderes públicos não trepida em criar nelas legações dispendiosas. Há lá até quem reze para que certos países se desmanchem e surjam da separação novos independentes, permitindo o aumento de legações. (1998, p. 84-85)

Nomeiam, ainda, algumas pessoas segundo critérios pessoais, que nada contribuem para o crescimento e favorecimento do país:

Lá na Bruzundanga os Mandachuvvas, quando são eleitos e empossados, tratam logo de colocar em bons lugares os de sua clientela. Fazem reformas, inventam repartições, para executar esse seu alto fim político.

Há, porém, dois cargos estritamente municipais e atinentes à administração local da capital da Bruzundanga, que todos os matutos amigos dos Mandachuvvas disputam. Os mandachuvvas, em geral, são do interior do país. Estes cargos são: o de prefeito de Polícia e o de almotacé-mor da cidade. Não só eles são rendosos, pelos vencimentos marcados em lei, como dão direito a propinas e a outros achegos. (1998, p. 190)

Ocupar o cargo de mandachuva na Bruzundanga garante ao chefe do governo algumas vantagens: não pagar selo nas cartas, não pagar bondes, trens, nem teatros; mas há também algumas importunações: as audiências públicas que acabam por aborrecer e fadigar o representante da nação bruzundanguense.

O mandachuva escolhe e nomeia os ministros da Bruzundanga:

Estes, em geral, são completamente inábeis para dirigir qualquer coisa, indignos da função que a obscura marcha das coisas depositou em suas mãos. Pouco instruídos, apesar de formados, nisto ou naquilo, e sem iniciativa de qualquer natureza, despidos de qualquer sentimento de nobreza e generosidade para com os seus inferiores, mais ávidos de riqueza que o mais feroz taverneiro, pimpãos e arrogantes, as suas fazendas ou usinas são governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos.

Todos eles são políticos; se não de destaque, ao menos com influência nos lugares em que têm as suas fazendas agrícolas; e, apoiados na política, fazem o que querem, são senhores de baração e cutelo, eles ou os seus prepostos. (1998, p. 109)

Os ministros da Bruzundanga usam e abusam das verbas ministeriais, fazendo de seus ministérios uma extensão de suas casas. Em suas nomeações, por exemplo,

ignoram a necessidade de abertura de editais de concursos e não se preocupam com as aptidões e com a inteligência dos aspirantes aos cargos; quanto mais ignorante for o mesmo melhor, pois, assim, não terá a capacidade de contestar suas ordens:

A sua atrapalhão estava na tal história do concurso, pois, até ali, devido a tão tola formalidade, não conseguira ter nos cargos de amanuenses moços bonitos e demais, para fazer concursos, sempre apareciam uns rebarbativos candidatos de raça javanesa, com os quais ele embirrava solenemente. (1998, p. 183)

Essas suas sábias medidas, para recrutamento de pessoal, levaram para a sua secretaria moços bonitos e excelentes mediocridades, que ainda procuravam demonstrar a sua principal qualidade intelectual, publicando borracheiras idiotas ou compilações rendosas e pesadas ao Tesouro. (1998, p. 184)

O secretário de ministro, cargo cuja função deveria ser fundamental ao complexo funcionamento do aparelho governamental da Bruzundanga, isto é, realizar as “funções de secretário de ministro, cujas responsabilidades sempre me disseram ser grandes e que, de longe, parece ser de importância transcendente” (1998, p. 160), resume-se, naquele país, a impedir que o ministro apanhe um resfriado ou saia com a roupa em desalinho:

Se não fosse a memória pronta do secretário e a sua dedicação à causa pública, quantas ocorrências graves não iriam perturbar a marcha das coisas governamentais, se o ministro, com a imprudência que ia fazer - (tomar a barca muito cedo para ir à fábrica de um industrial) - apanhasse um resfriado qualquer? Quantas? Um defluxo, papéis atrasados, terremotos, pestes, inundações, etc. (1998, p. 161)

Caso foi que uma aranha comum, totalmente despida de qualquer notoriedade entre as aranhas, completamente sem destaque entre as suas iguais, teve o desaforo de pôr-se a tecer a

sua teia no próprio teto do gabinete de um ministro da Bruzundanga e bem por cima de sua majestosa cadeira.

Houve, quando o trabalho ia adiantado, não sei que espécie de cataclismo, próprio ao universo das aranhas; e tão forte foi ele que um bom pedaço do labor do engenhoso articulado veio a cair em cima da sobrecasaca da poderosa autoridade da República da Bruzundanga.

Mas, não dando pelo fato, tratou de tomar o *coupé* para ir ao despacho coletivo, levando tão estranha condecoração (?) nas costas, quando o secretário, chapéu na mão, todo mesuroso, pedindo licença, tirou a prova da indignidade do bichinho das vestes de seu amo. (1998, p. 163)

Esses são alguns dos serviços sobre-humanos e intelectuais de um secretário de ministro da Bruzundanga.

Esses “salvadores da pátria” são queridos não só pelos seus patrões, mas também pelos filhos deles:

Em dias de festas, das festas familiares dos ministros, é de ver como tratam os pimpolhos ministeriais; é de ver como suportam resignadamente o peso de um nas costas, e de um outro no joelho, além do incômodo de um terceiro que lhe passou um barbante na boca e simula guiá-lo como cavalo de tálburi. (1998, p. 164)

No tocante à diplomacia, na Bruzundanga, ela é meramente decorativa:

Um dos meios de que a nobreza doutoral lança mão para safar-se do país é obter empregos diplomáticos e consulares, em faltas destes os de adidos e “encostados” às legações e consulados. (1998, p. 81)

Para ser um diplomata na Bruzundanga, além do corriqueiro francês e os costumes da sociedade, faz-se necessário que o aspirante ao cargo use roupas mais ou menos à última moda:

Não esquecem nem o modo chique de atar os cordões dos sapatos, nem o jeito ultra *fashionable* de agarrar a bengala; estudam os modos apurados de cumprimentar, de sorrir e, quando se os vêem na rua, descobrindo para aqui, chapéu tirado da cabeça até a calçada para ali, balouçando a cabeça, lembramo-nos logo dos cavalos do Cabo de *coupé* de casamento rico. (1998, p. 82-83)

Outra honraria que um recomendável aspirante à diplomata deve possuir são títulos literários:

Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam logo uns ares de Shakespeare; alguns publicam livros estafantes e solicitam dos críticos honrosas referências; outros, quando já empregados no ministério, mandam os contínuos copiar velhos ofícios dos arquivos, colam as cópias com goma-arábica em folhas de papel, mandam a coisa para a Tipografia Nacional do país, põem um título pomposo na coisa, são aclamados historiadores, sábios cientistas e logram conseguir boas nomeações. (1998, p. 83)

A maioria dos diplomatas da Bruzundanga julgam-se artistas, literatos, homens finos, *gentlemen*:

Não pensem que eles publiquem obras maravilhosas, profundas de pensamentos, densas de ideias; não é isso bem o que publicam.

Afora um ou outro que não se veste pelo figurino da maioria, o que eles publicam são sonetos bem rimadinhos, penteadinhos, perfumadinhos, lambidinhos, cantando as espécies de jóia e adereços que se encontram nas montras dos ourives.

A isto eles batizam, por conta própria, de aristocracia da arte, arte superior, arte das delicadezas impalpáveis.

Publicam esses catálogos de ourivesaria, quando não são de modistas e alfaiates, em edições luxuosas; e, imediatamente, apresentam-se candidatos à Academia de Letras da Bruzundanga.

Houve tempo em que ela os aceitava sem detença; mas, ultimamente, devido à sua senilidade precoce, desprezou-os e só vai aceitando os taumaturgos da cidade. (1998, p. 85-86)

ECONOMIA: A Bruzundanga é tida como um verdadeiro paraíso terrestre:

A província das Jazidas tem ouro, diamantes; a dos Bois, carvão de pedra e turfa; a dos Cocos, diamantes, ouro, mármore, safiras, esmeraldas; a dos Bambus, cobre, estanho e ferro. No reino mineral, nada pede o nosso país aos outros. Assim também no vegetal, em que é sobremodo rica a nossa maravilhosa terra. (1998, p. 69)

Na Bruzundanga, a borracha pode ser extraída de várias árvores que crescem nessa opulenta nação; o algodoeiro é quase nativo; o cacau pode ser colhido duas vezes por ano; a cana-de-açúcar nasce espontaneamente; o café, que é sua principal riqueza, dá quase sem cuidado algum e, assim, todas as plantas úteis nascem na Bruzundanga.

Apesar de a Bruzundanga ter carvão, essa riqueza não é aproveitada pelos cidadãos bruzundanguenses; os mesmos importam essa riqueza da Inglaterra. Essa conduta da nação bruzundanguense não é explicada pelos responsáveis que nada conseguem justificar em seus enfadonhos relatórios.

Soma-se à situação do carvão, a do ouro, um outro patrimônio da Bruzundanga, tido como uma fortuna, mas que não dá forma a uma moeda sequer do referido país.

Já o café, uma das maiores riquezas da Bruzundanga é por lá também considerada uma das piores pobreza, uma vez que é o maior “mordedor” das finanças bruzundanguenses.⁶

⁶ Um panorama com o Brasil... O café lidera as exportações

Desde o Segundo Reinado, o café já era o líder das exportações brasileiras. Durante a República Velha, representou, quase sempre, mais de 50% das exportações. Sem grandes concorrentes no mercado internacional, o Brasil chegou a abastecer dois terços do consumo mundial de café. Além das condições propícias para o plantio de café, a utilização da mão-de-obra imigrante assalariada colaborou significativamente para aumentar a capacidade de produção das fazendas. Como resultado das grandes plantações feitas nos primeiros anos da república, a produção de café tornou-se, às vezes, tão volumosa que ultrapassou as necessidades de consumo do produto. Devido a isso, a partir do começo do século XX,

O café, ou antes, a cultura do café é a base da oligarquia política que domina a nação. A sua árvore é cultivada em grandes latifúndios pertencentes a essa gente, que, em geral, mal os conhece, deixando-os entregues a administradores, senhores, nessas vastas terras, de barão e cutelo, distribuindo soberanamente justiça, só não cunhando moedas, porque, desde séculos, tal coisa é privilégio do rei. (1998, p. 72)

Uma outra riqueza da Bruzundanga é a borracha.⁷

a economia cafeeira passou a enfrentar frequentes crises de superprodução, isto é, a oferta do café era muito maior do que a procura do produto, ocasionando queda de preços e acúmulo de estoques invendáveis. Em 1905, os estoques chegaram a atingir 11 milhões de sacas de 60 Kg, o que representava 70% do consumo mundial de um ano.

O convênio de Taubaté

Apoiada pelo Congresso Nacional, a oligarquia cafeeira promoveu, em 1906, na cidade paulista de Taubaté, uma reunião de fazendeiros que tinha como objetivo encontrar soluções para a crise de superprodução do café. Na reunião, conhecida como Convênio de Taubaté, os fazendeiros propuseram que os governos estatais comprassem a produção que ultrapassasse a procura do mercado, para evitar a queda dos preços do café. Esse excedente seria estocado e, posteriormente, vendido, quando os preços voltassem a se normalizar. Como o governo não tinha capitais para comprar toda a produção excedente, o financiamento dessas compras seria feito com empréstimos tomados no exterior. Para solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores de café deveriam agir no sentido de desencorajar a expansão das plantações cafeeiras. A política de valorização do café, proposta pelo Convênio de Taubaté, foi aceita pelo governo e colocada em prática, depois de enfrentar algumas oposições políticas. Num nível elevado, os preços do café foram estabilizados artificialmente. Os cafeicultores continuaram recebendo grandes lucros por sua produção, lucros que muitas vezes foram aplicados na própria cultura cafeeira, gerando novos problemas de superprodução.

⁷ Um panorama com o Brasil... A borracha e o desenvolvimento da Amazônia

Fornecida por seringueiras originárias da Amazônia, a borracha tornou-se, a partir de 1840, um produto de crescente procura nos países industrializados, pois servia de matéria-prima para a fabricação de pneus, primeiramente de bicicletas e posteriormente de automóveis. Na Amazônia, encontrava-se a maior reserva de seringueiras do mundo. Valendo-se disso, o Brasil passou a suprir praticamente toda a demanda mundial de borracha, escoando a produção pelos portos de Manaus e Belém. Durante esse período, a região amazônica conheceu súbito progresso e esplendor, que, todavia, manteve-se apenas por cerca de três décadas (1891-1918). A extração da borracha brasileira era feita de modo bastante

A riqueza mais engraçada da Bruzundanga é a borracha. De fato, a árvore da borracha é nativa e abundante no país. Ela cresce em terras que, se não são alagadiças, são doentias e infestadas de febres e outras endemias. A extração do látex é uma verdadeira batalha em que são ceifadas inúmeras vidas. É cara, portanto. Os ingleses levaram sementes e plantaram a árvore da borracha nas suas colônias, em melhores condições que as espontâneas da Bruzundanga. Pacientemente, esperaram que as árvores crescessem; enquanto isto, os estadistas da Bruzundanga taxavam a mais não poder o produto.

Durante anos, essa taxa fez a delícia da província dos Rios, palácios foram construídos, teatros, hipódromos, etc.

Veio, porém, a borracha dos ingleses e tudo foi por água abaixo, porque o preço de venda da Bruzundanga mal dava para pagar os impostos. A riqueza fez-se pobreza... (1998, p. 73-74)

A Bruzundanga, como o Brasil, é um país essencialmente agrícola; e, como o Brasil, pode-se dizer que não tem agricultura, uma vez que os grandes latifundiários, pouco instruídos, apesar de formados, não sabem desenvolver e explorar satisfatoriamente essa riqueza – “as suas fazendas ou usinas são governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos”- (1998, p. 109):

rudimentar e exigia constante penetração pela mata, em busca de seringais nativos. A dificuldade de acesso a esses seringais impedia uma eficiente exploração e elevava os custos de transporte da produção. Com isso, os preços da borracha aumentavam, a produção brasileira era insuficiente para suprir a demanda do mercado, e cresciam as necessidades do produto nos centros industrializados. Em face dessa conjuntura, países capitalistas, como Inglaterra e Holanda, investiram no plantio de seringais em áreas de sua dominação política (Malásia, Ceilão, Indonésia). Desenvolvendo um plantio planejado para o aproveitamento industrial, os países capitalistas, em pouco tempo, superaram o primitivo extrativismo praticados nos seringais brasileiros. “Basta dizer que o Brasil, no auge de sua produção, entre 1901 e 1910, exportava em média não mais que 34.5087 toneladas de borracha por ano. Em 1932, a Malásia produzia 423.800 toneladas, a Indonésia, 212.300 toneladas e o Ceilão, 50.500 toneladas. Uma demanda de cerca de 700.000 toneladas, jamais poderia ter sido satisfeita pela mera exploração dos seringais selvagens” (SINGER apud FAUSTO, 1975). Assim, a partir de 1920 praticamente não houve mais lugar, no mercado internacional, para a borracha brasileira.

O regime da propriedade agrícola lá, regime de latifúndios com toques feudais, faz que o trabalhador agrícola seja um pária, quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma – situação mais agravada ainda pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários. (1998, p. 108-109)

Como uma consequência natural de uma administração apática aos reais problemas da nação, a Bruzundanga não apresenta uma economia sólida; o país vive de expedientes e apesar de ter todos os minerais, todos os vegetais úteis, todas as condições de riqueza, o povo, em geral, vive na miséria.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios, abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida.

Vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres. (1998, p. 68)

EDUCAÇÃO: O ensino da Bruzundanga é ministrado em diversas espécies de escolas mantidas pelo governo federal, pelos governos provinciais e por instituições particulares; essas são chamadas livres e aquelas oficiais, mas todas são equivalentes entre si e os seus diplomas se equivalem.

Nessas escolas, sejam elas livres ou particulares, os exames preliminares são a grande preocupação dos meninos ou rapazes que se destinam a elas. Assim, os filhos dos poderosos, movidos pelo desejo e necessidade de aprovação, fazem os pais propor as bancas dos exames com pessoas de confiança que acabam aprovando os pequenos sem que eles ao menos apresentem noções elementares dessa ou daquela disciplina.

Há outras manobras ainda. Alguns cidadãos bruzundanguenses, espertos e menos poderosos, sabem, por exemplo, que na província das Jazidas, os exames de matemática elementar são mais fáceis. Então, eles inscrevem-se nos exames nessa província, prestam-nos e adquirem a certidão de aprovação:

Continuam eles nessas manobras durante o curso superior. Em tal escola são mais fáceis os exames de tais matérias. Lá vão eles para a tal escola, frequentam o ano, decoram os pontos, prestam-no e, logo aprovados, voltam correndo para a escola ou faculdade mais famosa, a fim de receberem o grau. (1998, p. 76-77)

CONSTITUIÇÃO: A Constituição da Bruzundanga foi desejada pelos cidadãos como uma grande esperança de que ela fosse perfeita e trouxesse a felicidade de todos; a Constituição monárquica era considerada pelos jovens avelhentada e já caduca, pelos militares, inútil e pelos doutores, tola.

A Constituinte foi formada por jovens poetas, por imponentes tenentes de artilharia, por velhos possuidores de escravos, por bisonhos jornalistas da roça e por alguns moradores da capital, mas coube a três sumidades a redação da nova Carta Magna: Felício, Gracindo e Pelino.

A primeira questão tratada pelos redatores foi definir em quais moldes seria elaborada a Constituição da Bruzundanga: imitando a do país dos Huyhnms (país dos cavalos), a de Lilliput (país dos pequenos) ou a de Brobdingnag (país dos gigantes). Optou-se pelos paradigmas dessa última, uma vez que:

A população da Bruzundanga, tirante um atributo ou outro, não era composta de pessoas diferentes do doutor Gulliver; eram minúsculos bonecos, portanto, que queriam possuir uma Constituição de gigantes. (1998, p. 92)

E, assim, teve início a escrita da Carta Magna da Bruzundanga: a exigência principal para um ministro era a de que o candidato não entendesse nada das coisas da pasta que ia gerir; os deputados não deviam ter opinião alguma, senão aquela dos governadores das províncias que os elegiam; as províncias não poderiam escolher livremente os seus governantes, as populações tinham de os escolher entre certas e determinadas famílias, aparentadas pelo sangue ou por afinidade.

A nova Constituição não permite a acumulação de cargos remunerados e estabelece a liberdade de profissão; entretanto a Lei Suprema da Bruzundanga ganha uma elasticidade extraordinária ao legitimar, em suas disposições gerais, o seguinte artigo redigido por um deputado prudente:

Toda vez que um artigo dessa Constituição ferir os interesses de pessoas da ‘situação’ ou de membros dela, fica subentendido que ele não tem aplicação no caso. (1998, p. 93)

A Constituição afirma, ainda, que ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Não há lei que permite às províncias deportar indivíduos de uma para outra, mas o Estado do Kaphet, graças a esse artigo deporta quem ele quer e ainda encomenda aos jornais que o chamem de província modelo.

Quanto à elegibilidade do mandachuva (presidente), a Constituição da Bruzundanga estabelece que o mesmo deve unicamente saber ler e escrever; que nunca tenha mostrado ou procurado mostrar que tem alguma inteligência; que não tenha

vontade própria; que seja, enfim, de uma mediocridade total. Nessa parte a Constituição da Bruzundanga é sempre obedecida.⁸

FORÇA ARMADA: Na Bruzundanga, não existe absolutamente uma força armada. O que há nesse país são cento e oitenta e cinco generais e oitenta e sete almirantes, além de quatro ou cinco milheiros de oficiais, tanto de terra como de mar, que se ocupam em fazer ofícios nas repartições.

A função dos militares de alta-patente resume-se a estudar a mudança de uniformes dos mesmos oficiais:

Os grandes costureiros de Paris não tem tanto trabalho em imaginar modas femininas como os militares da Bruzundanga em conceber, de não em ano, novos fardamentos para eles. (1998, p. 105)

Na Bruzundanga há oficiais do Exército e da Marinha. Os oficiais do primeiro são mais tolerantes, já que apesar de toda e qualquer presunção que se lhes possa atribuir, eles têm sempre um sincero respeito pelas manifestações da inteligência, partam elas de onde partirem. Já os oficiais da Marinha, estritamente militares, julgam-se descendentes dos primeiros homens que saíram de Pamir (Portugal): para que a

⁸ A Constituição da Bruzundanga aproxima-se da primeira Constituição da república brasileira que, assim, como a daquele país foi elaborada nos moldes de outra já existente, no caso, a Constituição dos Estados Unidos. Destacaram-se na redação da primeira Carta Magna brasileira Rui Barbosa e Saldanha Marinho. Aqui é apresentada uma crítica à Carta Régia bruzundanguense ao denunciar a mediocridade de seus artigos que regulam as competências necessárias para a candidatura a certos cargos políticos; esses artigos, mais uma vez, revelam a pequenez do povo da Bruzundanga que valorizava mais a posição social do que a competência, a ignorância do que a sabedoria, a conformidade do que a ousadia, enfim o “parecer” do que o “ser”.

Bruzundanga não seja envergonhada no estrangeiro não admitem oficiais de origem javanesa (negra), apesar de reconhecerem que esses mestiços têm dado grandes inteligências ao país.

Os navios da Armada da Bruzundanga são classificados como “paralíticos que teimam em não andar”.⁹

Assim, a força armada da Bruzundanga é tida como “a coisa mais inocente desse mundo” (1998, p. 107), uma vez que é composta por homens medíocres e por produções arsenais de guerra consideradas brinquedos aperfeiçoados, que nunca saíram em missão nenhuma.

HERÓIS: A Bruzundanga é formada por províncias que na época da colonização eram feitorias fundadas pelos colonizadores iberos e povoadas por eles e por outros povos das mais variadas origens até que se deu o processo de proclamação da República naquele país: ¹⁰

Como sabem, a Bruzundanga, foi durante um século, Império ou Monarquia. Há seis ou sete lustros os oficiais do seu exército começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as suas vagas aspirações a palavra República. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham a adesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizera desgostosos com o trono da Bruzundanga. Os amigos do Império, vendo que as coisas perigavam, trataram de enfrentar a corrente com decisão e chamaram, para condestável da Bruzundanga, um velho general que vivia retirado nas suas propriedades agrícolas.

⁹ Uma remissão aos navios da marinha brasileira que se encontram sucateados e inoperantes.

¹⁰ A história desse processo pode ser comparada à do Brasil e à atuação do Marechal Deodoro da Fonseca na instalação e consolidação da República brasileira.

Era de crer que semelhante condestável pudesse ser vencido, mas que confabulasse com os inimigos que vinha combater não era possível admitir. Pois foi o que ele fez. (1998, p. 119-120)

Uma das heroínas que mudou a história da Bruzundanga é

sem dúvida uma senhora que nada fez por ela, antes perturbou-lhe a vida, auxiliando um aventureiro estrangeiro que se meteu nas suas guerras civis.¹¹

Mas querer fazer de semelhante dama heroína da Bruzundanga é o que nunca pude compreender. Eu me ponho aqui do ponto de vista dos patriotas, para os quais a pátria é una e indivisível. Se me pusesse sob qualquer outro ponto de vista, então a tal dama heroína nada de notável teria a meus olhos, a não ser a dedicação até o sacrifício pelo seu amante, mais tarde seu marido. Isto mesmo, porém, não é virtude que torne uma mulher excepcional, pois é comum nelas, a menos que tal dedicação sirva de moldura às qualidades excepcionais do seu marido ou do seu amante. No caso, porém, encarando-o estritamente sob o aspecto da evolução política da Bruzundanga, o seu marido não era mais de que um aventureiro.

É semelhante senhora que lá, naquelas plagas, comparam à Jeanne d'Arc. Admirável! (1998, p. 117-119)

Um outro aventureiro estrangeiro também é tido como um herói da Bruzundanga:

Pois bem: um senhor estrangeiro, cheio de qualidades, talvez, meteu-se de parceria com uns rebeldes, para separar uma dessas províncias do bloco bruzundanguense. Isto ao tempo do Império. Em caminho, em uma de suas correrias, encontro-se com uma moça da Bruzundanga que se apaixonou por ele. Seguiu-o nas suas aventuras e combate contra a união bruzundanguense. (1998, p. 118)¹²

¹¹ Uma remissão à Anita Garibaldi (“senhora que nada fez por ela”).

¹² Uma remissão a Giuseppe Garibaldi.

A Revolução Farroupilha (1835-1845), também conhecida como Guerra dos Farrapos, foi a mais longa revolta de todo o Período Regencial e Imperial e ocorreu na província do Rio Grande do Sul. Na época, o Rio Grande do Sul era um grande produtor de charque (carne seca), e seu mais importante centro

Um outro herói da Bruzundanga é o Visconde de Pancôme, um herói republicano que não se preocupava com o povo, que não conhecia as angústias, os anseios e as necessidades da população bruzundanguense.¹³

Outro herói da Bruzundanga é o visconde de Pancôme. Esse senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento de seu país. Era um historiógrafo; mas não era um historiador. As suas ideias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes

consumidor eram as províncias do nordeste. Os produtores gaúchos reclamavam ao governo central maior proteção para seus negócios, em face da concorrência que sofriam de países como o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, que exportavam o charque para o Brasil. Reclamavam também dos baixos preços para seus produtos, dos altos impostos, etc. Outra razão somava-se para justificar a Revolução Farroupilha: a luta política entre os liberais exaltados, denominados farroupilhas, e os moderados. Os primeiros eram favoráveis a uma maior liberdade administrativa para a província. Os farroupilhas tinham grande importância política em todo o Rio Grande do Sul, pois muitos deles eram diretamente influenciados pelas ideias republicanas que frutificavam em países como a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Entre os principais líderes dos farroupilhas destacam-se: Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi. O primeiro destes, em 1835, comandando as tropas farroupilhas, dominou Porto Alegre, cujo presidente, não possuindo condições para resistir, fugiu apressadamente. Giuseppe Garibaldi, “o herói de dois mundos”, como ele mundialmente consagrou-se, foi um dos mais notáveis líderes de homens do século 19 e o mais famoso italiano que se conhece na história contemporânea. Dotado de uma coragem pessoal assombrosa, nada parecia ser-lhe impossível. Fugido da Europa em 1836, no Brasil ele lutou na Revolução Farroupilha (1837-40), e no Uruguai comandou a Legião Italiana durante o longo cerco de Montevidéu (1845-51). Retornando a sua velha pátria ainda desunida, com seus companheiros camisas vermelhas lutou por sua unificação, alcançada somente em 1861. Ana Maria de Jesus Ribeiro, mais conhecida como Anita Garibaldi foi a companheira do revolucionário Giuseppe Garibaldi, sendo conhecida como a "Heroína dos Dois Mundos". Ela é considerada, até hoje, uma das mulheres mais fortes e corajosas da época. Durante a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, o guerrilheiro italiano Giuseppe Garibaldi, a serviço da República Rio-Grandense, participou da tomada do porto de Laguna, na então província de Santa Catarina, onde conheceu Anita, que se apaixonou e decidiu lutar pela independência gaúcha e de outros territórios. Eles ficaram juntos pelo resto da vida de Anita, que seguiu Garibaldi em seus combates em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai (Montevidéu) e Itália. Eles tiveram quatro filhos. Anita e Giuseppe passaram a andar a cavalo e lutar em guerras, sem ter lugar fixo para morar.

¹³ A trajetória de Pancôme lembra a do Barão do Rio Branco.

mesmos políticos. A história social ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política e, sobretudo, diplomática. Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancôme sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros.

Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração.

Pancôme desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. A história econômica e social da Bruzundanga ainda está por se fazer, mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancôme não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista. (1998, p. 121-122)

Apesar de seus defeitos e de suas reais intenções, o Visconde de Pancôme é mantido como um herói da pátria da Bruzundanga até o momento de sua morte:

mas a gente do país não deu pela origem da crise, tanto assim que, quando Pancôme morreu, lhes fez a maior apoteose que lá se há visto. Os heróis e o povo da República dos Estados Unidos da Bruzundanga são assim, caros senhores. (1998, p. 123)

RELIGIÃO: A religião dominante na Bruzundanga é a Católica Apostólica Romana:

entretanto é de admirar que, sendo assim, a sua população, atualmente já considerável, não seja capaz de fornecer os sacerdotes, quer regulares, quer seculares, exigidos pelas necessidades do seu culto. (1998, p. 159)

Há muitas igrejas e muitos conventos de frades e monjas que, em geral, são estrangeiros.

PROVÍNCIAS: As províncias da República da Bruzundanga possuem, de acordo com a Constituição daquele país, a mais ampla autonomia, até o ponto de serem, sob certos aspectos, quase como países independentes.

Das províncias da Bruzundanga, aquela que é tida por modelar, por exemplar, é a província de Kaphet (cidade de São Paulo):

Não há viajante que lá aporte, a quem logo não digam: vá ver Kaphet, aquilo sim! Aquilo é a joia da Bruzundanga. (1998, p. 165)

O traço característico da população da província do Kaphet, da República da Bruzundanga, é a vaidade:

Eles são os mais ricos do país; eles são os mais belos; eles são os mais inteligentes; eles são os mais bravos; eles têm as melhores instituições, etc. (1998, p. 166)

o seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não tem dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metáfora de classes. A inteligência pobre que se quer fazer tem de se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores, sem significação, sem sinceridade, para não ofender aos seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências. (1998, p. 169)

A arte desenvolvida na província do Kaphet tem traços parnasianos, uma vez que essa só descreve e retrata o que é valioso e belo:

Domina nos grandes jornais e revistas elegantes da província a opinião de que a arte, sobretudo a de escrever, só deve se ocupar com a gente rica e chique, que os humildes, os médicos, os

desgraçados, os feios, os infelizes não merecem atenção do artista, e tratar deles degrada a arte. (1998, p. 167)

A população da província do Kaphet não apresenta independência de espírito, nem liberdade de pensamento e toda e qualquer manifestação de descontentamento com o governo é duramente reprimida pela polícia.

A polícia, sob este ou aquele disfarce, abafa a menor tentativa de crítica aos dominantes. Espanca, encarcera, deporta sem lei hábil, atemorizando todos e impedindo que surjam espíritos autônomos. É o arbítrio; é a velha Rússia.

E isso a polícia faz para que a província continue a ser uma espécie de República de Veneza, com a sua nobreza de traficantes a dominá-la, mas sem sentimento das altas coisas de espírito.

Ninguém pode contrariar as cinco ou seis famílias que governam a província, em cujo proveito, de quando em quando, se fazem umas curiosas valorizações dos seus produtos. Ai daquele que o fizer! (1998, p. 170)

LITERATURA: As letras da Bruzundanga¹⁴ trazem um certo mistério em seu conteúdo, tornando-se, por vezes, incompreensíveis.

Na Bruzundanga, há “uma literatura oral e popular de cânticos, hinos, modinhas, fábulas, etc.; mas todo esse *folklore* não tem sido coligido e escrito” (1998, p. 15), assim, quase nada pode ser comunicado sobre esse assunto, pois os literatos não dão

¹⁴ Dissertar sobre uma literatura estrangeira supõe, entre muitas, o conhecimento de duas coisas primordiais: ideias gerais sobre a literatura e compreensão fácil do idioma desse povo estrangeiro. Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos, solenes, respeitados, nunca consegui entender porque redigem eles as suas obras, ou antes os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dois séculos ou três. Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito. (1998, p. 13-14)

importância a essa manifestação literária que “corre de boca em boca e se transmite de pai para filho”.¹⁵

A característica principal da literatura da Bruzundanga remete a uma escola literária conhecida por “Escola Samoieda”, apesar de nem todo escritor bruzundanguense seguir semelhante rito literário:

... os mais pretensiosos, porém, os que se têm na conta de sacerdotes da Arte, se dizem graduados, diplomados nela. Digo – “caracteriza”, porque, como os senhores verão no correr destas notas não há na maioria daquela gente uma profundidade de sentimento que a impila a ir ao âmago das coisas que fingem amar, de decifrá-las pelo amor sincero que as têm, de querê-las totalmente, de absorvê-las. Só querem a aparência das coisas. Quando (em geral) vão estudar medicina, não é a medicina que eles pretendem exercer, não é curar, não é ser um grande médico, é ser doutor; quando se fazem oficiais do exército ou da marinha, não é exercer as obrigações atinentes a tais profissões, tanto assim que fogem de executar o que é próprio a elas. Vão ser uma coisa ou outra, pelo brilho do uniforme. (1998, p. 21-22)

Os literatos samoiedas contentam-se com as aparências literárias e com a notoriedade que as letras conferem a eles, atitude reveladora da falta do verdadeiro talento poético conseguido apenas por escritores que se dão inteiramente às letras.¹⁶

¹⁵ Os literatos, propriamente, aqueles de bons vestuários e ademanos de encomenda, não lhes dão importância, embora de todo não desprezem a literatura oral. Ao contrário: todos eles quase não tem propriamente obras escritas; a bagagem deles consta de conferências, poesias recitadas nas salas, máximas pronunciadas na intimidade de amigos, discursos em batizados ou casamentos, em banquetes de figurões ou em cerimônias escolares, cifrando-se, as mais das vezes, a sua obra escrita em uma *plaque* de fantasia de menino, coletâneas de ligeiros artigos de jornal ou num maçudo compêndio de aula, vendidos, na nossa moeda, à razão de quinze ou vinte mil réis o volume. (1998, p. 20-21)

¹⁶ Assim também são os literatos que simulam sê-lo para ter a glória que as letras dão, sem querer arcar com as dores, com o esforço excepcional, que elas exigem em troca. A glória das letras só as têm, quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega. Os samoiedas, como vamos ver, contentam-se com as aparências literárias e a banal

O resumo das regras poéticas e da estética da escola samoieda, cuja origem aproxima a literatura da Bruzundanga das teorias difundidas pela literatura do Oceano Ártico¹⁷ ilustra que os poetas samoiedas, ao disfarçarem “... a sua inófia poética com um padrinho esquisito misterioso”, guiam-se por “ideias feitas, receitas de julgamentos e nunca se aventuram a examinar por si qualquer questão, preferindo resolvê-las por generalizações quase sempre recebidas de segunda ou terceira mão, diluídas e desfiguradas pelas sucessivas passagens de uma cabeça para a outra cabeça. (1998, p. 24)

Alguns versos samoiedas podem ser encontrados no livro *Literature of the Stingy Peoples* de H. T. Switbilter de Bristol (Inglaterra). Ao título traduzido, referem-se poesias que apresentam sempre “um mesmo pensamento denunciando uma concepção estreita da vida e do universo...” e “são enfáticas, sem quantidade de sentimento ou um acento musical agradável e individual...” (1998, p. 26)¹⁸

simulação de notoriedade, umas vezes por incapacidade de inteligência, em outras por instrução insuficiente ou viciada, quase sempre, porém, por falta de verdadeiro talento poético, de sinceridade, e necessidade, portanto, de disfarçar os defeitos com pelotiquices e passes de mágica intelectuais. (1998, p. 22)

¹⁷ Esses poetas da Bruzundanga, para dar uma origem altissonante e misteriosa à sua escola, sustentam que ela nasceu do poema de um príncipe samoieda, que viveu nas margens do Ártico, nas proximidades do Obi ou do Lena, na Sibéria, um original que se alimentava da carne de mamutes conservados há centenas de séculos nas geleiras daquelas regiões. Essa espécie de alimentação do longínquo príncipe poeta dava aos olhos de todos eles singular prestígio aos seus versos e aos do fundador, embora pouco eles o conhecessem. O príncipe chamava-se Tuque-Tuque-Fit-Fit e seu poema *PariKaithont VakoChan*, o que quer dizer no nosso calão – *O silêncio das renas no campo de gelo*. Atribuem, sem base alguma, a esse tal Tuque-Tuque fundação da escola, apesar de nunca lhe terem lido as poesias nem sua arte poética. (1998, p. 23-24)

¹⁸ Consegui descobrir entre os livros de um inglês meu amigo, senhor Parsons, um volume do senhor H. T. Switbilter, de Bristol (Inglaterra) – *Literature of the stingy peoples*, e encontrei nele alguns versos samoiedas. São anônimos, mas o estudioso de Bristol declara que os recolheu da boca de um certo Tuck-Tuck, samoieda de nação, que ele conheceu em 1867, quando foi encarregado pela Sociedade

Os samoiedas encontraram na obra de Switbilternos escritos de um tal Chamat ou Chalat, um aventureiro francês que “parece ter estado no país daquela gente ártica, aprendido uma pouco da língua dela e se servido do livro do viajante inglês para defender uma poética que lhe viera à cabeça” (1998, p. 26). Chalat afrontara a crítica tendo apelado para a poesia em língua samoieda por não poder defender-se com os clássicos franceses, o que lhe rendeu notoriedade e discípulos nas margens do glacial Ártico¹⁹; esses discípulos tiraram das obras de Chalat ou Chamat “regras infalíveis para fazer poetas e poesia e um deles até aplicou a teoria dos erros à sua arte poética” (1998, p. 28).²⁰

O ritmo, o estilo, a nobreza das palavras, a aristocracia dos assuntos e dos personagens e a medição dos versos, assim como a poesia, são tratados como acessórios

Paleontológica de Bristol de descobrir na embocadura dos grandes rios da Sibéria monstros antediluvianos conservados no gelo, como escaparam de encontrar, quase intactos, o naturalista Pallas, nos fins do século XVII, e o viajante Adams, em 1806. A história do tal príncipe Tuque-Tuque alimentar-se de carne de elefantes fósseis parece ter origem no fato bem sabido de terem os cães devorado as carnes do mamute, cujo esqueleto Adams trouxe para o museu de São Petersburgo; e o príncipe já sabemos quem é. O Switbilter pouco acrescenta a algumas poesias que publica; e as que estão no volume, traduzidas, são por demais monstruosas, sempre com um mesmo pensamento denunciando uma concepção estreita da vida e do universo, muito explicável em bárbaros glaciais. (1998, p. 25-26)

¹⁹ O seu desafio à crítica, escudado na poética e estética das margens do glacial Ártico, trouxe-lhe logo uma certa notoriedade e discípulos. Estes vieram muito naturalmente, pois, dada a indigência mental daquela espécie de esquimós, a sua pobreza de impressões e sensações, a sua incapacidade para ideias gerais, os hinos, os cânticos, os rondós dos mesmos, citados pelo medicastro, facilitavam muito o ofício de fazer verso, desde que se tivesse paciência; e a facilidade seduziu muitos dos seus patrícios e determinou a admiração dos bardos bruzundanguenses. (1998, p. 28)

²⁰ A instrução do grosso dos menestréis bruzundanguenses não permitia esse apelo à matemática; e contentaram-se com umas regras simples que tinham na ponta da língua, como as beatas as rezas que não lhe passam pelo coração, e outros desenvolvimentos teóricos. (1998, p. 28)

separados da obra d'arte e, portanto, isolados da sua função natural que deveria supor a obra literária como fim.²¹

A escola samoieda é cômoda para os seus literatos, pois nas poesias samoiedas não é comunicada qualquer emoção, qualquer pensamento, qualquer importante revelação da alma que interessasse outras almas. Não há nenhum julgamento, nenhum conceito que pudesse influir no modo de ver e sentir o mundo.²²

Os ensinamentos de Hegel, de Taine, de Brunetière não são como os samoiedas, que buscam encontrar uma maneira muito simples e previsível, tal como uma tabuada, para multiplicar os seus versos: “como as tais regras poéticas do suposto príncipe eram bem acessíveis à sua paciência de correccionais, adotaram-na como artigos de fé, exageraram-nos até o absurdo” (1998, p. 30).²³

²¹ Além desta deusa, havia outras divindades: o ritmo, o estilo, a nobreza das palavras, a aristocracia dos assuntos e dos personagens, quando faziam romances, conto ou drama, e a medição dos versos que exigiam fosse feita como se tratasse de uma base de uma triangulação geodésica. Ninguém, no entanto, poderia sacar-lhes da cabeça uma concepção geral e larga de arte ou obter o motivo deles conceberem, separados da obra d'arte, esses acessórios, transformando-os em puros manipulansos, fetiches, isolando-os fazendo-os perder a sua função natural que supõe sempre a obra literária como fim. É ela, a sua concepção, a ideia anterior que domina e o seu destino necessário, que unicamente regulam o emprego deles, graduam o seu uso, a sua necessidade, e como que ela mesma os dita. Todos os samoiedas limitavam-se, quando se tratava dos tais assuntos a falar de um modo confuso, esotericamente, em forma e fundo, com trejeitos de feiticeiros tribais. Não nego que houvesse entre eles algum valor, mas os preconceitos da escola os matavam. (1998, p. 29)

²² A maioria ia para ela, porque era cômoda no fundo, pois não pedia se comunicasse qualquer emoção, qualquer pensamento, qualquer importante revelação de nossa alma que interessasse outras almas; que se dissesse usando dos processos artísticos, novos ou velhos, de um pouco do universal que há em nós, alguma coisa do mistério do universo que o nosso espírito tivesse percebido e determinasse transmiti-la; enfim um julgamento, um conceito que pudesse influir no uso da vida, na nossa conduta, e no problema do nosso destino, empregando os fatos simples, elementares, as imagens e os sons que por si sós não exprimiriam a ideia que se procura, mas que se acha por eles se vai além por meio deles. (1998, p. 29-30)

²³ Isto de *Hegel*, de *Taine*, de *Brunetière* não era com os samoiedas, a questão deles era encontrar uma espécie de tabuada que lhes fizesse multiplicar a versalhada. Como as tais regras poéticas do suposto

Kotelniĵi, um grande poeta “samoieda”, é o instaurador das leis científicas da Escola Samoieda, considerada por ele e pelo povo do glacial Ártico, a escola perfeita, “cujo escopo não exprimia coisa alguma com relação ao assunto visado, ou dizer sobre ele, pomposamente as mais vulgares banalidades” (1998, p. 34). Kotelniĵi determina que:

1^a- Sendo a poesia o meio de transportar o nosso espírito do real para o ideal, deve ela ter como principal função provocar o sono, estado sempre profícuo ao sonho.

2^a- A monotonia deve ser sempre procurada nas obras poéticas; no mundo, tudo é monótono (Tuque-Tuque).

3^a- A beleza de um trabalho poético não deve ressaltar desse próprio trabalho, independente de qualquer explicação; ela deve ser encontrada com as explicações ou comentários fornecidos pelo autor ou por seus íntimos.

4^a- A composição de um poema deve ser sempre regulada pela harmonia imitativa em geral e seus derivados. (1998, p. 34)

Apenas essas já são capazes para ilustrar o absurdo da qualificação de leis científicas de arte da escola samoieda: “Alhos com bugalhos!”²⁴

príncipe eram bem acessíveis à sua paciência de correccionais, adotaram-na como artigos de fé, exageraram-nos até o absurdo.

Convinham elas por ir ao encontro da sua falta de uma larga inteligência do mundo e do homem e facilitar-lhes uma crítica terra-à-terra de seminaristas mnemônicos. (1998, p. 30)

²⁴ Além de uma gramaticazinha que nós aqui chamamos de tico-tico e da arte poética de Chalat aumentada e explicada com uma lógica de gafanhotos, não possuía ele um acervo de noções gerais, de ideias, de observações, de emoções próprias e diretas do mundo, de julgamentos sobre as coisas, tudo isso que forma o fundo do artista e que, sob a ação de uma concepção geral lhe permite fazer grupamentos ideais, originalmente, criar enfim. A importância do vate lhe vinha de redigir *A Kananka*, órgão das casas de perfumarias, leques, luvas e receitas para doces, onde alguns rapazes, sob o seu olhar cioso, escreviam, para ganhar os cigarros, algumas coisas ligeiras. O bardo samoieda tomava, entretanto, a coisa a sério, como se estivesse escrevendo para a *Revue de Deux Mondes* uma fórmula de mão-benta; e evitava o mais possível que alguém tomasse pé na pueril *A Kananka*. Era essa a sua máxima preocupação de artista.

De todos os postigos literários, usava, e, de todas as mesquinhezias da profissão abusava. Era este de fato um samoieda típico no intelectual, no moral, no físico. Tinha fama. (1998, p. 35-36)

A poética e a estética dominantes entre os literatos da Bruzundanga é como um dogma de arte deles, do qual se originam não só as formas litúrgicas, mas também o ritual, os esconjuros advindos de suas aplicações, culminando, assim, num culto a harmonia imitativa²⁵, tão defendida por Chalat.

²⁵ Esse Chamat, ou Chalat, Flaubert, quando esteve no Egito, encontrou-o por lá, como médico do exército quedival; e ele se ocupava nos ócios de sua provável mendicância em rimar uma tragédia clássica, *Abdelcáder*, em cinco atos, onde havia um célebre verso de que o grande romancista nunca se esqueceu. É o seguinte:

“C’est de lá par Allah! qu’Abd-Allah s’en alla”.

O esculápio do Cairo insistia muito nele e esforçava-se por demonstrar que, com semelhante “harmonia imitativa” como os antigos chamavam, obtinha traduzir, em verso, o somido do galope de cavalo. (1998, p. 26-27)

4. O BRASIL E A BRUZUNDANGA: A COMICIDADE DA SEMELHANÇA

O registro satírico reconhece-se pela sua capacidade de problematização crítica do mundo, funcionando como uma via interpretativa de entendimento da vida. Em face do mundo conflitual ou traumático, o satirista sente a sua denúncia como imperativa; por isso, a sátira precisa mergulhar nas raízes da realidade, partindo dela para a livre expressão crítica.

No estudo que consagra à sátira, Arthur Pollard apresenta a visão de Swift, para quem a sátira deve ir além da malícia, pois a verdadeira qualidade do satirista é semear a indignação, postura que conduz o leitor a proceder a uma profunda reflexão. Ainda segundo o mesmo autor, para que a mensagem satírica obtenha os resultados pretendidos, o satirista deve transmitir um sentimento de justiça, de indiferença e de equilíbrio. O objetivo é, de novo, estimular o leitor a refletir, a criticar e a condenar, envolvendo-o emocionalmente, mas não inibindo a sua capacidade judicativa, já que os resultados positivos do exercício satírico dependem do distanciamento e da análise isenta dos erros diagnosticados. A verdadeira missão de um satirista é levar o público a identificar-se com ele e com o seu modo de ver o mundo, assumindo-se como um guardião de ideais, consciente de desempenhar uma tarefa que é válida universalmente, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista moral (POLLARD, 1970, p. 1-3).

Assim, Lima Barreto, ao problematizar a realidade da Bruzundanga valendo-se do efeito satírico, aproxima-a do Brasil, país sobre o qual denuncia as pretensões aristocráticas da sociedade brasileira da 1ª República.

Lima Barreto compara a Bruzundanga ao Brasil por meio de elementos parodísticos. Segundo Propp (1992, p. 85):

a paródia consiste na imitação das características exteriores de um fenômeno qualquer (das maneiras de uma pessoa, dos procedimentos artísticos, etc.) de modo a ocultar ou negar o sentido daquilo que é submetido à parodização.

Desta maneira, de acordo com o crítico russo, seria possível, a rigor, parodiar tudo:

os movimentos e as ações de uma pessoa, seus gestos, o andar, a mímica, a fala, os hábitos de sua profissão e o jargão profissional; é possível parodiar não só uma pessoa, mas também o que é criado por ela no campo do mundo material. A paródia tende a demonstrar que por trás das formas exteriores de uma manifestação espiritual não há nada, que por trás dela existe o vazio. (PROPP, 1992, p. 85).

Finalmente, conclui Propp que “a paródia representa *um meio de desvendamento da inconsistência interior* do que é parodiado e é um dos instrumentos mais poderosos de sátira social” (1992, p. 87). No caso de *Os Bruzundangas*, tratar-se-ia do desvendamento da inconsistência interior da instituição político-histórico-cultural Brasil, sob a perspectiva amarga e desiludida de Lima Barreto:

Infelizmente, em páginas dessa natureza, Lima Barreto deixava, com frequência, transparecer o ressentimento que lhe ia na alma, e não conseguia manter a objetividade de um ataque sereno: azedava-se.” (BROCA, 1975, p. 157)

À paródia estão ligados os diversos procedimentos do exagero quando esse desnuda um defeito. O exagero cômico costuma ser expresso por meio da caricatura, da hipérbole e do grotesco.

Segundo Bóriev (1957, p. 363):

na sátira, o exagero cômico e a ênfase constituem a manifestação de uma lei mais geral: a deformação tendenciosa do material da vida, que serve para revelar o vício mais essencial entre os fenômenos dignos de ridicularização satírica.

A caricatura realiza-se a partir da ênfase sobre um pormenor ou um detalhe e pode remeter a características de ordem física ou de caráter. A representação caricatural ocorre quando retomamos uma particularidade qualquer da pessoa e a representamos como única, isto é, quando exageramos. “A caricatura sempre deforma um pouco o que é representado.” (PROPP, 1992, p. 89)

Ocorre caricatura, por exemplo, na descrição de Felixhimino ben Karpatoso, deputado da Bruzundanga (I - Um Grande Financeiro):

Naquele ano, isto dez anos atrás, surgiu na sua Câmara um deputado que falava muito em assuntos de finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos e outras coisas cabalísticas da ciência de obter dinheiro para o Estado.

A sua ciência e saber foram logo muito gabados, pois o Tesouro da Bruzundanga, andando quase sempre vazio, precisava desses mágicos financeiros, para não se esvaziar de todo.

Chamava-se o deputado Felixhimino ben Karpatoso. Se era advogado, médico, engenheiro ou mesmo dentista, não se sabia bem; mas todos tratavam-no de doutor. (...)

O físico do deputado era dos mais simpáticos. Tinha um ar de Gil-Blas de Santillana, em certas ilustrações do romance de Le Sage, com as suas barbas negras, cerradas, longas e sedosas, muito cuidadas e aparadas à tesoura diariamente. A tez era de um moreno espanhol; os cabelos, abundantes e de azeviche; os olhos, negros e brilhantes; e não largava a piteira de âmbar, com guarnições de ouro, onde fumegava sempre um charuto caro. (*Os Bruzundangas*, p. 38-39).

A hipérbole, outro tipo de exagero, às vezes, é considerada uma variação da caricatura. Enquanto nesta ocorre o exagero de um pormenor, na hipérbole ocorre o exagero do todo; ela é ridícula quando ressalta apenas características negativas. Segundo Fontanier (1977, p. 123):

A hipérbole aumenta ou diminui as coisas com excesso, e as apresenta bem acima ou bem abaixo do que elas são vistas, não para enganar, mas para chegar à verdade e fixá-la.

Ilustra o procedimento hiperbólico a descrição de Chico, grande agricultor da Bruzundanga (XI - Um Ministro):

Chico era o tipo do grande agricultor da Bruzundanga: nada entendia de agricultura, mesmo daquela que dizia exercer.

As canas que moía nos seus engenhos eram plantadas por outros, a quem ele impunha o preço do carro como bem entendia; e, no que toca à moagem e preparo do açúcar, aí já de indústria, ele nada ou pouco conhecia.

Apesar de bacharel em direito, mal lia jornais e o seu forte, em aritmética, era a conta de juros, de cabeça. A sua usina era de fato dirigida por um francês boêmio, Ormesson, a quem chamavam de doutor, apesar de ter ele unicamente um simples curso do Conservatoire des Arts et Métiers, de Paris. (1998, p. 112).

Partindo do pressuposto de que a alegoria, segundo Fontanier (1977, p. 114), “consiste em uma proposição de duplo sentido, com sentido literal e com sentido espiritual simultaneamente” e que a mesma “apresenta um pensamento sob a imagem de outro pensamento, mais apropriado para toná-la mais sensível ou mais evidente” podemos afirmar ser A República dos Estados Unidos da Bruzundanga uma alegoria da 1ª República do Brasil uma vez que Lima Barreto, ao apresentar as particularidades daquele país, o faz de forma a evidenciar e denunciar a realidade brasileira, tão medíocre e néscia quanto à bruzundanguense:

A Bruzundanga nada tem que invejar de nossa caria pátria. (1998, p. 138).

Lima Barreto, ao apresentar as descrições sobre o país das Bruzundangas, chamou-as de crônicas, uma vez que *Os Bruzundangas* nasce da soma entre jornalismo e literatura, conservando a marca de registro circunstancial feito por um narrador-repórter, que, ao narrar, denuncia uma triste realidade.

Como Lima Barreto mesmo diz, as crônicas de *Os Bruzundangas* foram redigidas após “uma estada demorada e proveitosa naquele país” (1998, p. 62) e, conseqüentemente, são fruto de uma observação direta imprescindível para que ele registrasse os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhassem uma certa concretude; essa concretude assegura aos leitores a permanência dos fatos, impedindo que os relatos da Bruzundanga caiam no esquecimento e permitindo aos leitores a tomada de consciência de que a realidade, conforme a conhecemos, ou como é recriada pela arte, é feita de pequenos lances.

Lima Barreto, ao invés de descrever a Bruzundanga por meio de um simples registro formal o faz pelo comentário de acontecimentos que saem do seu imaginário de cronista e passam para o conhecimento público, tudo examinado pelo ângulo subjetivo da interpretação, ou melhor, pelo ângulo da recriação do real:

Por isso a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito. Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a mágica da elaboração, pois ele não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado. O coloquialismo, portanto, deixa de ser a transcrição exata de uma frase ouvida na rua, para ser a elaboração de um diálogo entre o cronista e o leitor, a partir do qual a aparência simplória ganha sua dimensão exata. (BRAGA, 1980, p. 11)

Entretanto, as crônicas dos Bruzundangas apresentam características comuns ao *roman-à-clé* e, por isso, as figuras representadas nas crônicas do livro *Os Bruzundangas* são facilmente identificáveis pelos leitores de sua época.

Roman-à-cle, expressão francesa cuja tradução aproximada é "romance com chave", designa a forma narrativa na qual o autor trata de pessoas reais por meio de personagens fictícios. Em alguns casos, o autor recorre a anagramas ou pseudônimos para referir-se a sujeitos reais; noutros, vale-se de uma tabela que permite converter números ou iniciais em nomes (verdadeiros) correspondentes.

As razões que levam um autor a utilizar o *roman-à-cle* são:

1. o caráter controverso do tema narrado;
2. a necessidade de compartilhar, com algum nível de discrição, informações privilegiadas sobre bastidores, vida íntima ou escândalos de outrem, escapando de acusações de violação de privacidade ou difamação (razão que justifica a utilização de uma espécie de criptografia de identidades);
3. o desejo de dar a certa história o desfecho que gostaria que ela tivesse tido;
4. a oportunidade de retratar eventos ou experiências autobiográficas sem se expor.

É o caso, por exemplo, das personagens da crônica de número XII intitulada “Heróis”, que remetem à participação de Giuseppe e Anita Garibaldi na Revolução dos Farrapos:

sem dúvida uma senhora que nada fez por ela, antes perturbou-lhe a vida, auxiliando um aventureiro estrangeiro que se meteu nas suas guerras civis.

Mas querer fazer de semelhante dama heroína da Bruzundanga é o que nunca pude compreender. Eu me ponho aqui do ponto de vista dos patriotas, para os quais a pátria é una e indivisível. Se me pusesse sob qualquer outro ponto de vista, então a tal dama heroína nada de notável teria a meus olhos, a não ser a

dedicação até o sacrifício pelo seu amante, mais tarde seu marido. Isto mesmo, porém, não é virtude que torne uma mulher excepcional, pois é comum nelas, a menos que tal dedicação sirva de moldura às qualidades excepcionais do seu marido ou do seu amante. No caso, porém, encarando-o estritamente sob o aspecto da evolução política da Bruzundanga, o seu marido não era mais de que um aventureiro.

É semelhante senhora que lá, naquelas plagas, comparam à Jeanne d'Arc. Admirável! (1998, p. 117-119)

Pois bem: um senhor estrangeiro, cheio de qualidades, talvez, meteu-se de parceria com uns rebeldes, para separar uma dessas províncias do bloco bruzundanguense. Isto ao tempo do Império. Em caminho, em uma de suas correrias, encontro-se com uma moça da Bruzundanga que se apaixonou por ele. Seguiu-o nas suas aventuras e combate contra a união bruzundanguense. (1998, p. 118)

Há referência também ao episódio da Proclamação da República e à atuação do Marechal Deodoro da Fonseca:

Como sabem, a Bruzundanga, foi durante um século, Império ou Monarquia. Há seis ou sete lustros os oficiais do seu exército começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as suas vagas aspirações a palavra República. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham a adesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizera desgostosos com o trono da Bruzundanga.

Os amigos do Império, vendo que as coisas perigavam, trataram de enfrentar a corrente com decisão e chamaram, para condestável da Bruzundanga, um velho general que vivia retirado nas suas propriedades agrícolas.

Era de crer que semelhante condestável pudesse ser vencido, mas que confabulasse com os inimigos que vinha combater não era possível admitir. Pois foi o que ele fez. (1998, p. 119-120)

Também são retomadas as figuras do Marechal Floriano Peixoto e de Barão do Rio Branco, representado, o último, pelo pseudônimo Pancôme:

Outro herói da Bruzundanga é o visconde de Pancôme. Esse senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento de seu país. Era um historiógrafo; mas não era um historiador. As suas ideias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes mesmos políticos. A história social ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política e, sobretudo, diplomática. Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancôme sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros.

Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração.

... Pancôme desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. A história econômica e social da Bruzundanga ainda está por se fazer, mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancôme não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista. (1998, p. 121-122)

Aos elementos parodísticos, Lima Barreto, em sua descrição da Bruzundanga, soma a ironia que segundo Fontanier (1977) “é uma forma de se dizer através de um gracejo, divertido ou sério, o oposto daquilo que se pensa, ou daquilo que se quer fazer pensar que seja” (p. 145-146).

Lima Barreto, ao descrever um caso acontecido em um gabinete de ministro da Bruzundanga, dá o tom irônico a sua descrição ao destacar o ofício de um secretário de ministro:

Caso foi em que uma aranha comum, totalmente despida de qualquer notoriedade entre as aranhas, completamente sem destaque entre as suas iguais, teve o desaforo de pôr-se a tecer a sua teia no próprio teto do gabinete de um ministro da Bruzundanga e bem por cima de sua majestosa cadeira.

Houve, quando o trabalho ia adiantado, não sei que espécie de cataclismo, próprio ao universo das aranhas; e tão forte foi ele que um bom pedaço do labor do engenhoso articulado veio a cair em cima da sobrecasaca da poderosa autoridade da República da Bruzundanga.

Apesar do seu imenso poder de e da sua forte visão de seguro guia de povos, o grave ministro não deu conta do desrespeito – involuntário, é verdade, mas desrespeito – de que acabava de ser objeto, por parte de uma miserável aranha, hedionda e minúscula.

Mas, não dando pelo fato, tratou de tomar o *coupé* para ir ao despacho coletivo, levando tão estranha condecoração (?) nas costas, quando o secretário, chapéu na mão, todo mesuroso, pedindo licença, tirou a prova da indignidade do bichinho das vestes de seu amo. E ele já entrava no carro!...

Suponhamos que tal não se tivesse dado, isto é, que o ministro entrasse para o alto sínodo cuja presidência competia ao Mandachuva, com aquele evidente atestado de relaxamento.

Que pensaria o supremo da Bruzundanga? Naturalmente, penso eu, que os negócios da pasta que lhe havia confiado mereciam-lhe o mesmo cuidado que a sua sobrecasaca.

Ah! Os secretários de Ministro! Como são úteis! (1998, p. 162-163)

Ao apresentar “A última nota solta” de seus relatos sobre a Bruzundanga, Lima Barreto apresenta-nos, ironicamente, a habilidade dos governantes daquele país:

A habilidade dos governantes da Bruzundanga é tal, e com tanto e acendrado carinho velam pelos interesses da população, que lhes foram confiados, que os produtos mais normais à Bruzundanga, mais de acordo com a sua natureza, são comprados pelos estrangeiros por menos da metade do preço pelo qual os seus nacionais os adquirem. (1998, p. 213)

Assim, Lima Barreto, ao escrever *Os Bruzundangas* trabalhou com um conceito de verossimilhança que ligou a coerência interna do seu texto à coerência do fato comprovadamente acontecido, uma vez que relatou a história brasileira por meio da história da Bruzundanga; na leitura da realidade *inventada* da Bruzundanga reconheceu-se a *própria* realidade do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orgulhoso de sua origem modesta e da ascendência dos avós, antigos escravos, o objetivo de Lima Barreto era expressar “os sofrimentos e sonhos do povo”, compreendendo sua vida e obra como um “contínuo protesto contra toda e qualquer injustiça”. Ele não deixava escapar nenhuma oportunidade de denunciar os desmandos sociais e ridicularizar os responsáveis, dando mais valor à radical veracidade do que ao refinamento de linguagem e composição.

Revoltado contra as injustiças e os preconceitos de que também era vítima, dedicou sua obra a desmascarar a falsidade dos poderosos: políticos, intelectuais, burocratas, jornalistas, militares, etc.

Nessa perspectiva, foi verificado que o fazer literário de Lima Barreto traz, não só em *Os Bruzundangas*, mas também em todo o conjunto de sua obra, um *eu enunciator*, visto que

a biografia de Lima Barreto explica o húmus ideológico de sua obra: a origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliadas à viva consciência da própria situação social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises. (BOSI, 1970, p. 355)

Para Lima Barreto, a desmontagem de posições puristas e essencialistas de cultura nacional implica o reconhecimento da mestiçagem no Brasil, não apenas como resultado das origens do país, mas como processo permanente, devido também à abertura do Brasil em relação ao mundo, que, por sua vez, naturalmente, também é mestiço.

Lima Barreto não foi apenas um ressentido que usava a escrita para exprimir suas dores pessoais e falar de suas mazelas como tantos críticos o acusaram. Ele realmente teve uma concepção de arte e elaborou um projeto de literatura militante. Ao olharmos sua produção literária, percebemos que esse projeto de militância deu uma unidade ao que escrevia e tornou sua obra um autêntico exemplo de um projeto bem acabado.

Visava um bem comum, a união dos seres humanos. Queria despertar consciências e, apesar de ver tantas injustiças e de tantas vezes parecer bastante melancólico, conservava uma profunda esperança na humanidade, pois se não a tivesse, seu projeto perderia a razão de existir. Essa esperança angustiada talvez tenha sido a razão pela qual desejava reconhecimento, uma vez que se tivesse reconhecimento, esse seria o sinal de que suas palavras puderam modificar algo. Se o público o aceitasse, era porque também identificara com ele os males que prejudicavam o verdadeiro desenvolvimento da nação. Infelizmente, isso não ocorreu no momento de sua escrita. Poucos foram solidários com sua luta e poucos viram nele um escritor de talento.

Contudo, pode-se dizer que Lima Barreto fez também a sua revolução e abriu caminho para outros escritores que viriam depois. Fez o caminho mais difícil, pois não teve a guarida de uma escola literária, um movimento, um grupo que o amparasse. Na maioria das vezes, combateu sozinho e enfrentou duras críticas em relação à sua arte e as humilhações da vida.

Felizmente, ainda que póstumo, o reconhecimento da relevância e da contribuição da sua obra de Lima Barreto consolidou-se e muitos estudiosos afirmaram a importância deste intelectual mulato, ofendido e humilhado, o qual fez nascer do “ressentimento impotente a potência de sua crítica social e política” (BOSI, 2002, p. 258) que continua atual mesmo quase um século depois.

Nessa perspectiva, ao abrimos as páginas de *Os Bruzundangas* e iniciarmos a leitura de seus textos somos reportados para o presente como se estivéssemos abrindo as páginas de um jornal da atualidade, ou seja, a Bruzundanga de ontem é não só o Brasil da 1ª República, mas também o Brasil de hoje: os mesmos problemas econômicos, as mesmas mazelas sociais, as mesmas atitudes corruptas dos políticos; enfim o retrato de uma realidade político-histórico-cultural que faz surgir sem retoques e sem distorções toda a mentalidade burguesa, com as suas fraquezas e alienações, que predomina até hoje em nosso país.

As considerações aqui apresentadas não têm pretensão alguma de esgotar os estudos acerca da sátira *Os Bruzundangas* e do fazer literário de Lima Barreto.

REFERÊNCIAS

BARBERIS, P. et al. **Literatura e ideologia**. Tradução de Socorro Thomas. Madrid: Alberto Corazón, 1972.

BARBOSA, F. de A. **A vida de Lima Barreto 1881-1922**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

BÓRIEV, J. **Sobre o cômico**. Moskva, Iskusstvo, 1957.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 33. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGA, R. **Rubem Braga**. Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Paulo Elias Allane Franchetti e Antônio Bernardez Pecora. São Paulo: Abril, 1980.

BROCA, B. **A vida literária no Brasil-1900**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CÁCERES, F. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1995.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 2. ed. Rio de Janeiro: DPRA, 2000.

FAUSTO, B. (Org.) **III. O Brasil republicano**: 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. vol. IV.

FIGUEIREDO, C. L. N. de. **O fim do sonho republicano**: o lugar da ironia em Lima Barreto. Rio de Janeiro: [s.n.], 1990.

FONTANIER, P. **Les figures du discours**. Paris: Flammarion, 1977.

FRAGA, D. **Um parágrafo de história na literatura francesa**: a rerepresentação do Caso Dreyfus em *L'Île des pingouins*, de Anatole France. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado em Letras em Teoria da Literatura) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1963.

LIMA BARRETO, A. H. de. **Obras completas**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 17 vols.

_____. **Os Bruzundangas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

LUCAS, F. **Vanguarda, história e ideologia da literatura**. São Paulo: Ícone, 1985.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1978. vol. VI (1915-1933).

MONTEIRO, J. L. **A estilística**. São Paulo: Ática, 1991.

MONTENEGRO, O. **O romance brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

NEEDEL, J. D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

POLLARD, A. **Satire**. London: Methuen, 1985.

PRADO, A. A. **Lima Barreto: o crítico e a crise**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PROPP, W. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROZ, P. R. C. **História e ficção nos trabalhos satíricos de Lima Barreto: o humor como narrativa historiográfica**. 2005. 151f. Tese (Doutorado em Literatura e Vida Social) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis.

SANGSUE, D. **La parodie**. Paris: Hachette, 1994.

SANTIAGO, J. P. **L'excès de caricature et de satire de la République**. Paris: Sorbonne, 2006.

SEVECENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, B. (org.) **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1975.

TELES, G. M. O “Hamlet” da ficção nacional. In: _____. **A escrituração da escrita.** Petrópolis: Vozes, 1996.

VASCONCELLOS, E. (Org.) **Lima Barreto: prosa seleta.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.